



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

REI KUBOYAMA

“A ESCOLA É NOSSA!”:
TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS
OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ALBINO FEIJÓ SANCHES E
DE APLICAÇÃO EM LONDRINA (PR) EM 2016

Londrina
2018

REI KUBOYAMA

“A ESCOLA É NOSSA!”:
TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS
OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ALBINO FEIJÓ SANCHES E
DE APLICAÇÃO EM LONDRINA (PR) EM 2016

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Cesar Alves
Cunha

Londrina
2018

REI KUBOYAMA

“A ESCOLA É NOSSA!”:
TERRITORIALIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS
OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ALBINO FEIJÓ SANCHES E
DE APLICAÇÃO EM LONDRINA (PR) EM 2016

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Geografia
da Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fábio Cesar Alves
Cunha
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Léia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Margarida de Cássia Campos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

Dedico este trabalho a todos os
realistas que almejam o impossível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado, construindo juntos ideias e reflexões nas conversas prazerosas e que me encorajaram a sempre seguir em frente.

Aos secundaristas que se disponibilizaram a contribuir para este trabalho compartilhando suas experiências, visões e aprendizados, sem a ajuda deles seria impossível chegar a lugar algum.

Ao meu professor orientador Fábio Cunha pela confiança e incentivo necessários desde o começo, junto das contribuições de ideias e sugestões que ajudaram muito para construir este trabalho.

A professora Léia Veiga que me incentivou e motivou minhas ideias, ajudou no contato com os jovens protagonistas aos quais me dedico, que tenho certeza que também são agradecidos a todo apoio proporcionado por ela.

A professora Margarida Campos pelas aulas que me fizeram enxergar a educação e a prática de ensino com uma outra visão e por ter confiado nas minhas ideias e reflexões.

E finalmente, a minha mãe pela eterna amizade, por também nunca ter desacreditado naquilo que faço e ter sempre me aguentado, independente de tudo que aconteça.

“Ocupamos para produzir o pão da vida.
Ocupamos para matar a fome
de milhões de bocas famintas.
Ocupamos para semear a vida
nos quatro cantos da nação.
Ocupamos para produzir existência.
Ocupamos para libertarmos
a mãe de nossa gente.
Das cercas da morte,
da morte do capital.
Ocupamos a escola para tirar
o conhecimento das grades.
Ocupamos a educação
para sair da escravidão.
Ocupamos a sabedoria
para tirar as grades da ignorância.
Se voltarem a perguntar:
por que ocupamos?
Em luta, ocupamos
para desarmar os fuzis da morte.
Ocupamos para destruir
o capital da morte.
Enfim, ocupamos simplesmente
em nome da vida, da resistência,
existência, da LUTA!
Porque do Estado,
não nascem sementes...”

(por estudantes de luta)

KUBOYAMA, Rei. **“A escola é nossa!”**: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações dos Colégios Albino Feijó Sanches e de Aplicação em Londrina (PR) em 2016. 2018. 102 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Este trabalho buscou fazer um estudo sobre o movimento das ocupações escolares de Londrina, em 2016, por uma perspectiva geográfica, relacionando-as com os conceitos de território e territorialidade. Alguns dos autores que contribuíram na discussão desses conceitos são Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, entre outros. Esse fenômeno nacional se destacou pelo poder autônomo dos estudantes secundaristas e as manifestações dessas relações de poder na organização espacial das escolas ocupadas, que foi apropriada e dominada à curto prazo. Considerando os secundaristas produtores de territorialidades nas ocupações, parte-se do pressuposto que as relações de poder exercidas nesses espaços desdobraram nos conflitos de interesses, refuncionalização e ressignificação da escola nesse contexto, que também puderam ter seu espaço modificado. Para analisar as territorialidades apresentadas pelo movimento estudantil secundarista, a pesquisa teve como objetivos caracterizar a organização espacial do movimento das ocupações; investigar se houve e quais foram as possíveis mudanças na relação estudante-escola; e se houve e quais as possíveis mudanças, temporárias ou permanentes, no espaço escolar. Foram realizadas pesquisa bibliográfica; identificação e mapeamento dos colégios ocupados em Londrina; entrevistas coletivas com secundaristas que participaram das ocupações nos colégios estaduais Albino Sanches Feijó e de Aplicação; e observação de eventuais mudanças nos espaços ocupados.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Escolas. Ocupações. Movimento estudantil. Secundaristas.

KUBOYAMA, Rei. **“The school is ours!”**: territorialities of the students movement in the occupations of schools Albino Feijó Sanches and Aplicação at Londrina (PR) in 2016. 2018. 102 pages. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This work sought to make a study about the movement of school occupations in Londrina in 2016, from a geographical perspective, relating them to the concepts of territory and territoriality. Some of the authors who contributed to the discussion of these concepts are Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, among others. This national phenomenon was highlighted by the autonomous power of the secondary students and the manifestations of these relations of power in the spatial organization of the occupied schools, which was appropriated and dominated in the short period of time. Considering the high school students that produce territorialities in the occupations, it is assumed that the power relations exercised in these spaces unfolded in the conflicts of interests, refunctionalization and resignification of the school in that context, which also could have its space modified. To analyze the territorialities presented by the high school students movement, the research aimed to characterize the spatial organization of the occupation movement; investigate if there were and what were the possible changes in the student-school relationship; and if there were and what the possible changes, temporary or permanent, in the school space. Bibliographic research was verified; identification and mapping of occupied schools in Londrina; collective interviews with high school students who participated in the occupations in the state colleges Albino Sanches Feijó and of Application; and observation of possible changes in the occupied spaces.

Key words: Territory. Territoriality. School. Occupy. Student movement. High school students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do município de Londrina dividida por distritos.....	03
Figura 2 – Balanço das ocupações escolares no Brasil em 2015 e 2016	25
Figura 3 – Escolas, universidades e núcleos ocupados no Paraná em 2016.....	41
Figura 4 – Colégios ocupados dentro do perímetro urbano de Londrina em 2016..	53
Figura 5 – Número de colégios ocupados em Londrina no ano de 2016	54
Figura 6 – Entrada do Colégio Estadual Albino Feijó no período de ocupação em 2016	56
Figura 7 – Cartaz com regras da ocupação do Colégio Estadual Albino Feijó	61
Figura 8 – Entrada do Colégio de Aplicação no período de ocupação em 2016	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEI	Comitê das Escolas Independentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
MBL	Movimento Brasil Livre
MES	Movimento Estudantil Secundarista
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
OS	Organizações Sociais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SAERJ	Sistema de Avaliação de Educação do Estado do Rio de Janeiro
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo
SEE-SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SEED	Secretaria da Educação do Paraná
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação – Governo do Rio de Janeiro
SEDUCE	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás
SEDUCRS	Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL ...	05
2.1	SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E PODER	05
2.2	SOBRE O CONCEITO DE TERRITORIALIDADE	10
2.3	AS OCUPAÇÕES ESCOLARES PELA PERSPECTIVA TERRITORIAL	12
3	A PRIMAVERA SECUNDARISTA: PANORAMA DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES NO BRASIL DE 2015 A 2016	23
3.1	SÃO PAULO	25
3.2	GOIÁS	31
3.3	RIO DE JANEIRO	34
3.4	RIO GRANDE DO SUL	36
3.5	PARANÁ	39
4	TERRITORIALIDADES NAS OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DE LONDRINA EM 2016	46
4.1	PANORAMA DAS OCUPAÇÕES EM LONDRINA	46
4.2	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	51
4.3	OCUPAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL ALBINO SANCHES FEIJÓ	56
4.4	OCUPAÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO	63
4.5	TERRITORIALIDADES NAS OCUPAÇÕES	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICES	83
	APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para os secundaristas	84
	ANEXOS	87

ANEXO A – Manual “Como ocupar seu colégio?”	88
ANEXO B – Panfletos feitos pelos secundaristas de Londrina	90

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a sociedade esteve diante de uma discussão política marcada pelo avanço rápido de medidas e reformas nacionais de cunho liberal, tramitadas rapidamente no Congresso e apresentadas às pressas pelo governo do presidente em exercício, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Justificadas como necessárias para o desenvolvimento econômico e social, as principais medidas foram a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 (antiga 241)¹, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e a Medida Provisória (MP) 746 de 2016, também conhecida como Reforma do Ensino Médio². Essas propostas atingiriam diretamente os interesses e conquistas da classe trabalhadora e estudantil e foram arbitradas sem que essas classes fossem consultadas ou convidadas para debate-las.

Desde 2015, um grande número de pessoas, com destaque para os jovens, expressou seu descontentamento em relação à essas propostas arbitrárias e logo a sua resistência se colocou na forma de protestos, paralisações e greves gerais, organizados pelos sindicatos e movimentos de massa, expressando uma voz contra a aprovação de tais medidas e da forma como foram elaboradas e apresentadas para a sociedade, a fim de reivindicar ou tentar assegurar seus direitos.

A ideia principal desse trabalho é inspirada e dedicada à história de mobilização do Movimento Estudantil Secundarista (MES), articulada por jovens de 14 a 17 anos que demonstraram sua grande força entre outubro de 2015 a novembro de 2016, quando organizaram protestos nas ruas e ocuparam mais de mil escolas em todo país. Esta última se constituiu como uma tática ousada e inovadora de luta e contestação de medidas governamentais tecnocráticas que não levou em consideração a participação dos estudantes em uma discussão antes de serem apresentadas. Essa força ultrapassou os muros das escolas e demonstrou resistência

¹ Aprovada em dezembro de 2016, a PEC 55 propõe fixar por até 20 anos (podendo ser revisado depois de 10 anos) um limite nos gastos públicos, limitando ao mesmo montante do ano anterior corrigido pela inflação. Os limites em saúde e educação terão início a partir de 2018, atingindo a parcela mais pobre da sociedade e dando abertura aos negócios privados nessas duas áreas.

² Aprovada em fevereiro de 2017, as propostas da MP 746/2016 ou Reforma do Ensino Médio aumentariam a carga horária e o número de escolas em período integral, retirariam algumas disciplinas como obrigatórias (cerca de 40%) no currículo e em troca ofertariam uma formação específica para algumas áreas como: ciências humanas, ciências da natureza, linguagens, matemática e formação técnica profissional.

frente as essas medidas, que contrariavam o interesse da classe estudantil. Em geral os estudantes defenderam seus direitos, exigiram uma educação pública de qualidade e efetiva participação democrática nas políticas educacionais e na gestão escolar. Além disso, negaram a heteronomia e autoritarismo que fundamentaram as medidas impostas.

Tendo início a onda das ocupações a partir de São Paulo, onde o MES rejeitava um plano do governo estadual que fecharia quase cem escolas em 2015, foi por meio de abaixo-assinados e protestos nas ruas que houve tentativa de estabelecer uma conversa com os dirigentes. Sem sucesso, as eventuais ocupações das escolas públicas fizeram a reviravolta que causou um grande efeito e obteve algumas conquistas, fazendo que o MES de outros lugares adotassem como exemplo a mesma tática para outros fins.

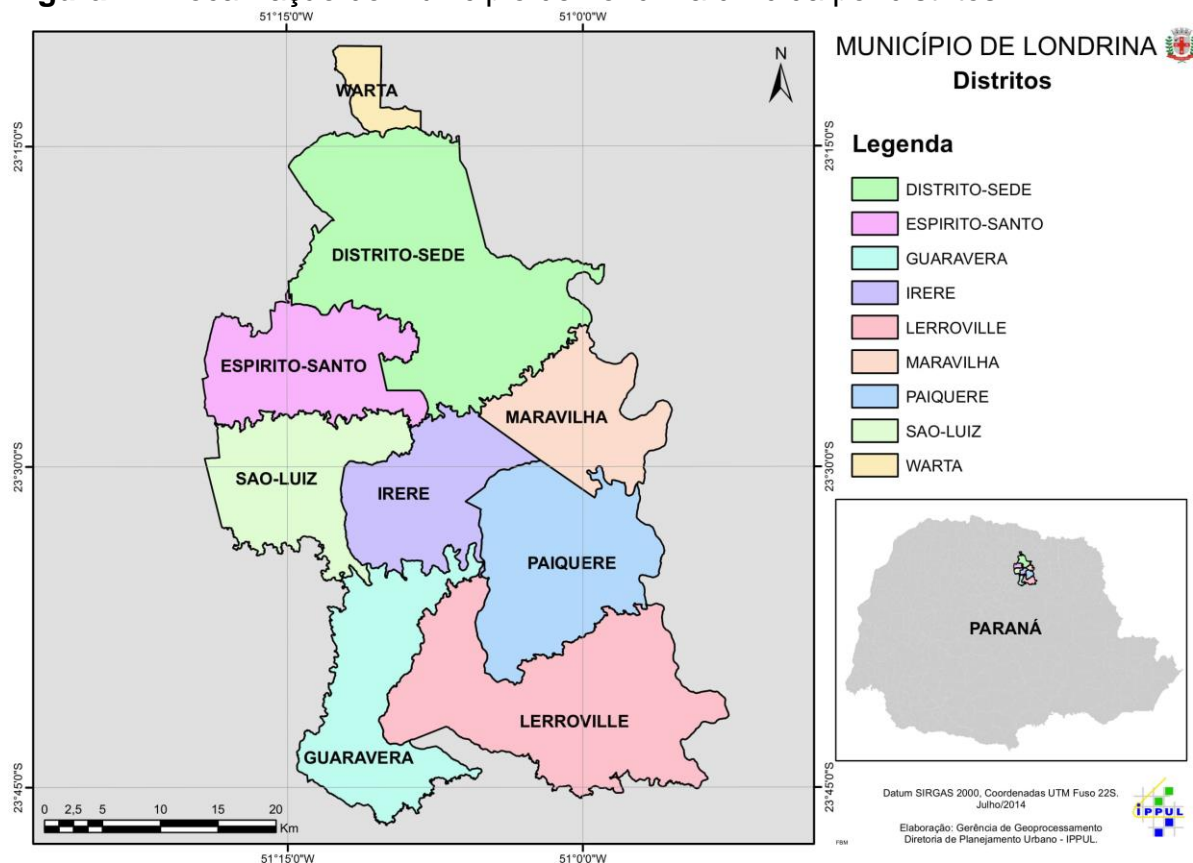
Os estudantes tiveram que buscar superar intensos desafios, como a falta de diálogo por parte das autoridades, repressão do Estado, criminalização pela mídia, por grupos conservadores e a burocratização de entidades estudantis representativas como a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e suas variantes estaduais.

De acordo com Ferreira (2017, p. 4), a expressão política dos estudantes que ocuparam as escolas é reflexo de um processo de empoderamento (articulação da experiência singular de cada um como possibilidade de compreensão e cognição de todos os mecanismos sociais), quando não se sentiram representados pelas instituições, então apropriaram-se do espaço que é seu por direito, subverteram o poder heterônimo que permeava escola para reivindicar seu direito à educação. As ocupações se tornaram um caminho para a “autoformação” e do reconhecimento de si mesmos enquanto força política que luta pela qualidade da escola e da educação, se fortalecendo no diálogo com a sociedade.

Buscando entender melhor a atuação do MES e seu impacto, o cerne desse trabalho é fazer um estudo geográfico das ocupações do município de Londrina (figura 1) em 2016, relacionando-as com os conceitos de território e territorialidade. Os objetivos da pesquisa foram a investigação de características da organização do movimento estudantil secundarista londrinense que ocupou diversos colégios na cidade, bem como analisar suas possíveis territorialidades – como se deu o processo de ocupações das escolas, organização espacial do lugar, refuncionalizações,

reassignações e eventuais mudanças temporárias ou permanentes no espaço ocupado.

Figura 1 – Localização do município de Londrina dividida por distritos



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a consulta de material bibliográfico sobre o movimento das ocupações em diversos meios; identificação e mapeamento dos colégios ocupados em Londrina; seleção de dois colégios para analisar as territorialidades mais profundamente; observação de possíveis mudanças no espaço ocupado; e por fim entrevistas coletivas com os alunos que participaram do movimento.

Desta forma, no primeiro capítulo, foi apresentada uma breve discussão entorno dos conceitos de território, territorialidade, poder e autogestão. Esses são conceitos fundamentais para analisar o contexto das ocupações pela perspectiva territorial. A hipótese deste trabalho, a ser comprovado mais tarde, foi que as relações de poder e organização dos secundaristas nas ocupações evidenciaram territorialidades, considerando que houve mudanças nas relações de poder nesse

espaço, na paisagem, nas relações aluno-escola, assim como houve um processo de refuncionalização do território.

O segundo capítulo contemplou um resgate histórico do movimento de ocupações escolares em alguns estados, mais especificamente em São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. O critério de escolha desses foram em razão de possuírem boa quantidade e qualidade de informações divulgadas, apesar de dispersas, encontradas em jornais, revistas, livros, documentários, blogs, redes sociais, etc. Foi necessário trazer esse panorama das ocupações em uma ordem cronológica a fim de enxergar o desenvolvimento da onda de ocupações e como essa chegou rapidamente ao feito de mil escolas ocupadas no país.

O terceiro capítulo discutiu brevemente o trajeto e as ações do movimento estudantil londrinense no período de ocupações, de outubro até novembro de 2016. Também foi realizada uma discussão dos resultados da pesquisa a partir das observações feitas dentro de duas escolas ocupadas e das entrevistas realizadas com os secundaristas, protagonistas da mobilização, que participaram ativamente de ambas ocupações, elucidando alguns processos e acontecimentos que se passaram nesses espaços. Informações coletadas pelos mais diversos meios de informações complementaram os resultados para compreender a dinâmica das relações que foi manifestada nesses espaços que evidenciaram novas territorialidades e territórios, mesmo que em um curto espaço de tempo.

2 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL

Iniciando a discussão conceitual, este capítulo busca introduzir alguns elementos atuais sobre a palavra “território”, para desassociar com a tradicionalíssima concepção de relacionar o território como um espaço político do Estado-nação e dar um olhar mais específico para as relações de poder, nas suas mais diversas manifestações (relações cuja a Geografia pouco se debruça para estudar e acaba se tornando um conceito privilegiado da Filosofia). Tais relações de poder definidas e delimitadas no espaço, forjadoras de territórios, são essenciais para sustentar a hipótese apresentada na introdução deste trabalho.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E PODER

O conceito de território é considerado polissêmico. Geógrafos e cientistas políticos acabam caindo no descuido de referenciar esse conceito em um sentido muito amplo, como um espaço político. Não se trata, neste trabalho, da preocupação teórica de dizer exatamente o que é o território, mas discutir o seu devir, ou seja, em quais questões práticas utilizamos os conceitos de território e territorialidade.

Para Souza (2007, p. 84), a Geografia, enquanto disciplina, esteve por um bom tempo dominada por uma orientação legitimadora da existência e do poder do Estado, com discursos cuja finalidade esteve ligada aos interesses imperiais de determinados Estados-nações. Consequentemente, muitas vezes a conceituação de território remete ao território nacional, herança da Geografia Tradicional, porém é necessário ampliar as conceituações de território e suas derivações, fugindo da tradição estatal de poder e controle do território.

Ainda para o mesmo autor, na Geografia Política Clássica, com o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o território é sinônimo de território nacional sobre o qual um Estado-nação exerce ou busca exercer sua soberania e um espaço concreto com atributos naturais e socialmente construídos. Ratzel associa o território ao conceito de “espaço vital”, sendo o substrato para a efetivação da sociedade e o Estado, sinônimo de solo e outras condições naturais, elemento fundamental no contexto expansionista e imperialista europeu, principalmente o alemão, do final do século XIX (SOUZA, 2007, p. 85-87).

O território seria um elo indissociável entre a dimensão físico-natural e uma dimensão política no espaço, apropriado e ocupado por um grupo social que gera raízes e identidades culturais com esse espaço, delimitado, controlado e governado por um Estado gestor por excelência. Porém, para Souza (2007, p. 83) essa associação ou redução do território à escala nacional não é sempre apropriada ou necessária.

Dessa concepção, foi muito comum se referir ao território e espaço indistintamente. Tal discurso equivocado, usando o termo de Souza (2013, p. 90-95), “coisificou” o território, confundindo-o com o substrato espacial material (formas espaciais e objetos geográficos), pois desconsidera a ideia que territórios podem ser cíclicos e suas fronteiras e limites mutáveis, sem que o substrato material, que serve de base e referência material para as práticas espaciais, mude. Não que esse substrato deva ser desconsiderado, pois o exercício do poder “tem a ver com desafios e situações que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis”.

Souza (2014, s. p.) descreve que práticas espaciais são nada menos que práticas sociais (“ações sociais, isto é, protagonizadas por sujeitos coletivos e inscritas em uma teia de significados e valores, sejam essas ações premeditadas ou não”) cuja dimensão espacial é evidente. Ele ainda afirma que o espaço é uma realidade que condiciona os agentes, materialmente, pelo substrato espacial material; ao mesmo tempo que condiciona através da projeção espacial das relações de poder (fronteiras, limites, áreas de influência e territórios); e também pelos efeitos dos símbolos e signos inscritos no espaço ou “por aquilo que a paisagem sugere, sobre os processos de socialização e criação e reprodução das significações presentes no imaginário”.

Raffestin também reconhece esse equívoco e afirma o espaço não é equivalente ao território, o primeiro é a base para a construção do território, produzido e apropriado por seus atores sociais (ou sintagmáticos) de acordo com seus interesses, territorializando o espaço inscrito em um campo de relações de poder. Esses atores sociais abrangem

do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Neste trabalho especificamente, compreende-se o território da forma como Souza descreve seus aspectos, sendo

um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (grifos originais do autor) (SOUZA, 2007, p. 78).

Complementando essa conceituação, o território serve, fundamentalmente, como um instrumento de exercício de poder, produto de atores sociais. A dimensão política (o poder) das relações sociais é o que caracteriza o perfil desse conceito. “Quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” é uma das questões levantadas por Souza (2013, p. 87-88) que abre discussão sobre como as relações de poder permeiam o espaço, constroem e reconstroem territórios nas mais diversas escalas temporais e espaciais. Segundo o mesmo autor, não há influência ou poder que se exerça sem que seus limites espaciais sejam mais ou menos perceptíveis, justificando que o poder “só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território”.

Há confusões acerca da noção de poder que merecem ser explicadas antes de prosseguirmos com a discussão dos demais conceitos que serão introduzidos mais adiante.

Raffestin (1993, p. 6) afirma que o poder não é uma categoria espacial nem temporal, “mas está presente em toda ‘produção’ que se apoia no espaço e no tempo”, é tão amplo, complexo e profundo que nunca está ausente nessas duas categorias universais (espaço e tempo). O filósofo Michel Foucault justifica a presença do poder no tempo e espaço pois ele é justamente uma relação que se exerce, difundido por toda estrutura social e implica em disputas e lutas que se disseminam na dinâmica socioespacial das cidades. Se o poder é uma prática social, ela é constituída historicamente (MACHADO, 1979, p. 14). Em sua teoria geral, ele deixa aberto a conceituação do poder devido a multiplicidade de possibilidades que as práticas de poder podem assumir.

Dessa maneira, Foucault contribui com a consideração de Raffestin, desmistificando que o Estado não é o único aparelho a possuir e exercer o poder, mas é intrínseco às relações sociais. O mesmo autor afirma que há uma dicotomia entre o Poder (ou “macropoder”) e o poder (ou “micropoder”), sendo o primeiro referente à

“soberania do Estado, ao aparato jurídico-formal das leis ou a unidade global de dominação”, enquanto o segundo está presente em cada relação, em cada ação (ALVES, 2013, p. 237). Machado ressalta que tal dicotomia entre “macropoder” e “micropoder” visa

distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (MACHADO, 1979, p. 11-12).

Ainda Moraes (1987, s. p. *apud* ALVES, 2013, p. 239) aponta que a perspectiva privilegiada por Foucault é a dos “microespaços” do poder, a microfísica, isto é, onde o poder e seus efeitos atuam nas formas locais de organização do espaço. Os lugares, que Foucault chama de instituições (fábricas, escolas, hospitais, quartéis, asilos, etc.), é tido como formas de distribuição e mecanismo destas relações de poder, inseridas na organização espacial dessas instituições. Não significa que o poder seja revestido de uma noção violenta e repressora, ele também é produtor de realidades.

Hannah Arendt diz que poder, força, autoridade e violência são apenas meios da humanidade dominar a si mesmo. A violência e poder se opõe, a violência está presente onde o poder é ausente, pois o poder corresponde à “habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence a ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo mantiver unido” (ARENDR, 1970, p. 27-30).

Arendt ainda ressalta que o poder tem como característica essencial certo grau de entendimento mútuo, legítimo do seu exercício, que pode ser compatível com a autonomia de coletividades e indivíduos. Castoriadis (1983, p. 16) também concorda que o poder pode perfeitamente ser autônomo e radicalmente democrático, pois “uma sociedade livre seria uma sociedade onde o poder efetivamente se exerce pela coletividade, por uma coletividade da qual todos efetivamente participam na igualdade”.

Retomando à discussão do conceito de território, Souza (2007, p. 96-97) faz uma crítica sobre algumas considerações de Raffestin, dizendo que é equívoco dele considerar o espaço como “espaço natural” e o território como “espaço social” ou

substrato material. Enquanto houver homens em interação com o espaço, transformando-o através do trabalho, criando valor e retrabalhando esse espaço social, constrói-se ao mesmo tempo um território e um espaço econômico. Em outras palavras, se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território.

Haesbaert (2007, p. 20) afirma que o território possui uma dupla conotação, material e simbólica, vinculado epistemologicamente a dominação da terra e ao mesmo tempo possui uma carga cultural, que diz respeito tanto ao poder no sentido concreto de dominação (funcional), quanto no sentido simbólico de apropriação (simbólica-cultural). O mesmo autor (HAESBAERT, 2007, p. 28) diz que o território de conotação e valorização simbólica invade e refaz as funções em um caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, que por sua vez torna-se simbólica a partir da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos. Em uma das vertentes referidas pelo autor, o território enquanto um espaço-tempo-vivido, é resultado de processos diversos e complexos produzido na tramas materiais e imateriais do cotidiano social (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Lefebvre diferencia dominação de apropriação, embora a última deva prevalecer sobre a primeira. De qualquer forma, caminham juntas, porém

a dinâmica da acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva 'reapropriação' dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria (LEFEBVRE, 1986 *apud* HAESBAERT, 2008, p. 20).

Ainda para Haesbaert (2008, p. 21), a dimensão ou conotação material não reduz a dimensão cultural-simbólica ou vice-versa, na realidade ambas estão integradas, pois a sociedade é una e indivisível, não cabe restringir a “política”, “cultural” e “econômica”. Ambos aspectos mencionados acima não são desvinculados, de fato se integram na realidade que se manifesta nos territórios. Haesbaert sintetiza dizendo que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’”.

Saquet concorda com Haesbaert quanto ao significado de território, que remete a

heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas

variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relaciona, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Souza (2013, p. 100-101) realça que o conceito de território é sustentado a partir de outros conceitos interdependentes e complementares de modo complexo e integrado, sem privilegiar um aspecto das relações sociais. Uma dimensão pode parecer “imediatamente” mais visível ou relevante que outra, mas “mediatamente” todas as dimensões das relações sociais devem ser analisadas.

Lefebvre (1986, p. 411-412) diz que o espaço é dominado e transformado através das técnicas e práticas sociais, que tende a criar territórios funcionais. Enquanto a apropriação é um processo efetivo de territorialização reunindo as dimensões concreta e simbólica, “implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática”, pois quanto mais o espaço é funcionalizado e dominado pelos agentes, menos ele se presta à apropriação, pois se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

2.2 SOBRE O CONCEITO DE TERRITORIALIDADE

A territorialidade, como derivação do conceito de território, é resultado do processo de produção dele, designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização pelo homem, ou em outras palavras remete aquilo que

faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. [...] é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço (grifos originais do autor) (SOUZA, 2007, p. 99).

Esse conceito de territorialidade não é definido pela mera relação com o espaço, é manifestada em todas as escalas espaciais e sociais, assim como é “consustancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do ‘poder’” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162). Esse autor também diz que a territorialidade é multidimensional e inerente à vida em sociedade, na medida em que

assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Sack (1986, p. 6 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 86-87) define territorialidade como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. Conforme o mesmo autor, a territorialidade vinculada às relações de poder serve como “recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico”.

A territorialização se torna um instrumento para padronizar internamente o território e classificar com os demais – os indivíduos que vivem dentro dos limites do território tendem, em certo sentido, a serem vistos como “iguais” por estarem subordinados ao mesmo tipo de controle, quanto pela relação de diferença que se estabelece entre os que se encontram dentro e fora de seus limites (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Uma outra forma de abordar a territorialidade que contribui para esse trabalho é feita por Souza (2007, p. 86), que enxerga o território como um campo de forças ou rede de relações sociais com complexidade interna e define um limite entre membros de um grupo, por mais variados que existam, (*insiders*) com os “outros” de fora (*outsiders*). A partir dessa configuração territorial, diversos tipos de organização espaço-temporal podem surgir.

A territorialidade incorpora as dimensões políticas, econômicas e sociais, de acordo com Sack (1986, p. 219 *apud* HAESBAERT, 2008 p. 21), pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. E continua afirmando que “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significado”.

A construção do conceito de territorialidade traz à tona outros conceitos, como espaço, território, poder, lugar, apenas para citar alguns, que se relacionam direta ou indiretamente. Para Saquet (2009, p. 88), as territorialidades estão ligadas a cada lugar, pois lhe dão identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar, então a territorialidade pode assumir uma dimensão local.

Por essa perspectiva Ferreira (2014, p. 129), diz que o território adquire uma identidade na coletividade que nele vive e o produz, pode apresentar

uma postura de demarcação, mesmo que seja meramente estética e “é sempre em processo dinâmico, flexível e contraditório (por isso dialético) recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no território”.

Souza (2013, p. 87-88), complementa que os motivos para territorializar um espaço e manter controle sobre ele estão ligados, de alguma forma, “ao substrato espacial material, e eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar”, podendo também implicar na privação de acesso a recursos e riquezas. As territorialidades são exercidas sempre por um grupo social “em conexão com um espaço” pode fazer uso de práticas espaciais, como “restrições de acesso e locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares [...], modificação de fronteiras, e assim sucessivamente, envolvem a instrumentalização e a alteração do território (e também do substrato espacial material, da paisagem e das imagens de lugar, em vários casos)”.

Com base em Souza (2013, p. 101-106), podemos citar aqui exemplos de práticas espaciais que destacam ações de territorialização: uma rua ou estrada bloqueada por manifestantes; um prédio ou terreno ocupado por uma organização sem-teto ou sem-terra, sofrendo risco de serem despejados e sofrerem agressões; disputa por território entre gangue de jovens de diferentes identidades, ideologias ou subculturas (para ilustrar melhor, entre *anarco-punks* e neonazistas); diferentes usos de praças e outros espaços públicos durante o dia e à noite (“de dias, mães com crianças e aposentados frequentam uma praça para conversar, deixar os filhos brincar etc.; a mesma praça que à noite, é ocupada por prostitutas ou travestis à espera de clientes”); territorialidades do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que possui território-enclave disseminados pelo tecido urbano e territórios amigos de uma mesma organização, dispersos por bairros comuns.

2.3 AS OCUPAÇÕES ESCOLARES PELA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Conforme foram apresentados alguns elementos essenciais que compõe o território, como as as relações de poder exercidas por atores sintagmáticos em um espaço definido e delimitado por e a partir dessas relações, nas mais diversas temporalidades e espacialidades, é possível fazer uma referência à formação de vários territórios, com suas respectivas territorialidades, na conjuntura das ocupações

escolares que se alastraram em inúmeras cidades brasileiras a partir do final de 2015.

Para isso, é preciso compreender o ato de ocupar enquanto um ato político, onde um grupo toma controle de determinado espaço e paralisa suas funções por tempo indefinido. Adoue (2016, s. p.) complementa que “a ocupação da escola não se limita a uma ação sobre o espaço, ela é também uma ocupação do tempo”, no sentido que os estudantes tiveram também que organizar horários de atividades, como manutenção do prédio, alimentação, segurança, aprenderam técnicas artísticas, práticas políticas, enfim, novos conhecimentos fizeram parte da rotina das ocupações.

A prática (espacial) de ocupar é antiga, usual de muitos movimentos sociais, porém o inédito nesse processo foi a ocupação das escolas pelo MES, usada estrategicamente como instrumento de reivindicação de direitos e contestação de medidas retrocedentes. Essas ocupações foram utilizadas como tática dentro de uma estratégia, variante de acordo com os objetivos do movimento. Isso quer dizer que a ocupação não era o fim em si, mas parte de uma reivindicação maior. O próximo capítulo esclarecerá mais sobre quais foram os objetivos do MES em alguns estados do país, quando o movimento aderiu dessa tática.

Souza (2013, p. 105-106) contribui no aspecto de associar a ocupação de uma escola vista como um território dissidente, controlada por um grupo cuja territorialidade é manifestada em uma escala espacial pequena e de curta duração. O autor já alerta que esses tipos de ações de territorialização, como as ocupações, são sempre marcadas pela instabilidade, podendo levar ao confronto violento com o aparelho de Estado. Em outro texto, esse autor afirma que essas práticas espaciais, que expressam descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação frente à uma opressão, criam

espaços territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos e projetos; paisagens e suas representações são manipuladas; interações espaciais são desfeitas e refeitas (2014, s. p.).

Ele ainda destaca a relevância do espaço como referência identitária e organizativa e também para a

importância dos processos de territorialização e refuncionalização e reestruturação espaciais, [...] adquire foros de estratégia privilegiada de pressão sobre o Estado e a própria opinião pública. Ademais, é no cotidiano dos territórios dissidentes que se operam processos de socialização (uma nova paideia) em espaços públicos ou não, em meio a barricadas e enfrentamentos, festas, ocupações... Também nascem ou renascem formas de ativismo supralocal e até mesmo inter ou transnacional, com a formação de redes de cooperação (SOUZA, 2014, s. p.).

As ocupações, enquanto territórios, delimitadas pela rigidez dos muros da escola, foram controladas pelos estudantes secundaristas, sujeitos jovens que vão desde o nível do ensino fundamental ao ensino médio. Eles exerceram seu poder dentro desse limite, desafiando e enfrentando autoridades como diretores, chefes de núcleo de ensino e a polícia. Sob os cuidados deles, a escola ocupada teve em alguns casos sua paisagem e configuração espacial alterada (mesmo que à curto prazo), onde as principais questões eram debatidas coletivamente em assembleias horizontais. Algumas escolas resistiram por dias, outras semanas e até meses, o que passa a ideia de territórios dissidentes (SOUZA, 2013, p. 107).

Campos, Medeiros e Ribeiro analisam uma ocupação como uma forma muito singular de luta, pois

peças se dispõem a viver juntas em um determinado espaço por tempo indeterminado, tendo que se organizar diariamente e lidar com suas necessidades de infraestrutura, alimentação, higiene, atividades etc. para que a ocupação se mantenha viva e, portanto, para que o coletivo possa alcançar seu objetivo [...] O comprometimento e a dedicação necessários, em comparação com a organização de um protesto de rua por exemplo, são muito maiores (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 127-128).

Segundo os mesmos autores (2016, p. 13), essa mobilização dos protestos pelas ruas e ocupações das escolas gerou uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais entre os estudantes, professores e sobretudo com a escola. Essa sociabilidade foi baseada na corresponsabilidade, horizontalidade dos processos decisórios e no cuidado do patrimônio público. Tais relações são conceituadas como política pré-figurativa, pela tradição autonomista, a capacidade de forjar no processo de luta as formas sociais que aspiram, fazendo convergir meios e fins.

As ocupações evidenciaram uma nova forma de utilização do espaço escolar e serviram como uma alternativa radical na tentativa do diálogo, frente as medidas governamentais descabidas e excludentes de participação democrática efetiva, cujo os estudantes não se sentiam representados. Como um espaço no qual os sujeitos tiveram oportunidade de questionar sobre diversas questões que refletiram na ocupação, além de si e aos outros a todo momento, houve um exercício constante de reflexões coletivas para alcançar soluções e desconstrução de ideias e hierarquias, tornando a ocupação um espaço formativo, uma experiência emocional intensa e

cansativa, abrindo novos horizontes críticos³ (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 128).

Segundo Santos e Miranda (2017, p. 425-427), uma das pautas trazidas pelos estudantes em meio as discussões, reflexões e amadurecimentos foi a questão de gênero, visto que a escola se limita muitas vezes aos conteúdos formais e não abre espaço para essa discussão. As autoras descrevem gênero como “a percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar limitada e ambígua”. O protagonismo feminino das estudantes nas manifestações e no cotidiano do ambiente escolar colocaram em destaque aspectos da desigualdade de gênero, que não foge da escola, pois nesse lugar

são associados aos meninos e às meninas os papéis de gênero que tendem a reforçar desigualdades e hierarquias sociais relacionadas às noções de feminino e masculino. Em geral, a noção de feminino está ligada ao que é mais frágil e delicado, enquanto a noção de masculino refere a inteligência, força e liderança. Essa diferença de tratamento e expectativas em relação a ambos os gêneros vão delineando os “lugares” que serão ocupados por cada um na sociedade, desde a escola (SANTOS; MIRANDA, 2017, p. 427)

Como bem suscitam Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), as ocupações desempenharam novas funções por meio de atividades (ou seja, uma refuncionalização do território) e criaram novas relações entre escola-aluno, pois de certo ponto de vista dos alunos, lutar pela educação também é cuidar da escola, destacando a essência das assembleias para coordenar a organização espacial, pois de maneira diferente

a percepção sobre o espaço da escola também muda com a ocupação. A permanência no espaço durante os longos períodos de tempo desencadeia um processo de apropriação da escola, tanto concreto quanto simbólico. Os estudantes trabalharam muito nas escolas durante as ocupações, fazendo limpeza diária e mutirões especiais para cortar o mato, desentupir calhas e ralos, reorganizar depósitos, revitalizar as paredes tanto com grafites quanto pintando etc. [...] Esses tipos de atividade foram parte substancial das rotinas das ocupações, intercalando-se com atividades recreativas, culturais, educativas e, claro, com as assembleias (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 141-142).

Pode-se incluir mais alguns exemplos para complementar a citação acima, quando se fala sobre a apropriação daquele espaço: a entrada da escola era marcada com faixas ou cartazes, exibindo que ali havia uma ocupação estudantil, com acesso controlado por uma comissão de segurança; cartazes em todos os lugares

³ Os secundaristas que participavam das ocupações e nas atividades envolvidas nelas puderam refletir sobre o papel da escola; trabalho em equipe; convivência; responsabilidade; questões LGBT; relações de gênero; protagonismo feminino; entre outros assuntos.

davam orientações e regras aos ocupantes tomadas em assembleia; salas de aulas deram lugares a dormitórios separados; quadras de esporte se tornaram os espaços de assembleias; a cozinha foi gerida pelos próprios estudantes que preparavam suas refeições; as oficinas e atividades foram feitas em todos os lugares possíveis, em espaço aberto ou fechado.

Funcionalmente, os estudantes tomaram o rumo das escolas, tirando do controle do governo e dando para si o poder de refuncionalizá-la e definir novos significados a ela. As ocupações eram muitas vezes restrita aos secundaristas, que conviviam e organizavam-a cotidianamente, realizando diversos tipos de atividades educacionais, culturais e de manutenção do espaço⁴. Em muitos casos, esse tipo de tomada radical do controle da escola gerou conflitos com indivíduos e grupos contrários as ocupações, pois paralisou o tempo regular de trabalho da escola e limitou o acesso a escola de não-estudantes, a fim de garantir autonomia do movimento. A ocupação também possuiu certo “valor de troca” (não no sentido econômico), pois a desocupação só era feita quando os secundaristas chegavam em algum acordo com as autoridades ou quando a violência seria empregada pelos agentes repressivos do Estado.

Simbolicamente, a ocupação trouxe uma ressignificação e deu oportunidade para os secundaristas repensarem sobre escola, educação, política, democracia, suas atitudes, vivências e as relações entre si e com os demais sujeitos da comunidade escolar. Ao mesmo tempo, escola e educação são conceitos que se confundem, então defender a educação também significa cuidar e respeitar a escola, segundo os valores e princípios dos estudantes. A escola pode ser vista para os estudantes, como parte de seu cotidiano, um espaço de homogenização, disciplina e obediência, mas ao mesmo tempo é perfeitamente possível que se crie relações afetivas com esse lugar quando se vê a escola como um espaço acolhedor e de aprendizagem, portanto pode (e deve) ser preservado.

É necessário ressaltar a combinação e integração dessas duas dimensões da ocupação (material e simbólica), pois todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico e uma não se sobrepõe a outra.

⁴ Diversos estudantes relataram que essas atividades envolveram debates sobre inúmeros temas que não eram de costume abordados na sala de aula; oficinas culturais de música, dança ou teatro; aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); assim como fizeram, com o auxílio da comunidade, diversos tipos de reparos possíveis na infraestrutura da escola.

Ferreira (2017, p. 6) analisa que quando a escola é ocupada,

passa a ocupar um espaço central na vida cotidiana daqueles que estão participando ativamente da ocupação. O espaço/tempo escolar passa a transbordar aquele espaço/tempo que lhe era reservado enquanto instituição e se mescla com os tempos das relações informais, familiares, com os tempos de liberdade e ócio, de lazer, de descanso e autocuidado. Espaço este de transmissão e produção de saberes, que outrora fora compartilhado apenas com a família, se dilui nos ecossistemas de sociabilidade na qual os jovens estão inseridos, torna-se novamente um central, como ambiente que favorece o protagonismo de toda uma geração.

A ocupação se tornou um importante lugar de disputa. Em diversas ocupações no país (São Paulo, Goiás, Paraná, entre outras), foram relatadas casos conflituosos com diretores, dirigentes de ensino da área, pais, vizinhança, polícia e grupos conservadores contrários, que criminalizavam os estudantes do movimento por depredação do patrimônio público, impedir o direito de ir e vir, utilizarem drogas dentro da escola, entre outras acusações⁵. Geralmente quando a polícia foi acionada, foram por parte dos diretores e dirigentes de ensino que queria ter de volta a escola. Mas, em contrapartida, houve situações de apoio da comunidade que contribuíram para a ocupação, fazendo doações de alimentos básicos, emprestando objetos vitais, realizando pequenos serviços, entre outros tipos de ajuda.

Em meio a disputa do lugar diante a interesses opostos, no caso das escolas ocupadas, resgatam-se os conceitos de *insiders* e *outsiders* de Souza (2007, p. 86). Fazendo comparação com as ocupações, foi permitida, quase por via de regra, a entrada e/ou convivência cotidiana naquele lugar apenas de estudantes secundaristas (os *insiders*), que podiam ser estudantes daquela mesma escola ou de outra, a fim de cooperar com a ocupação.

Os portões às vezes podiam ser abertos para apoiadores (os *outsiders*), incluindo pais, professores, vizinhança, “oficineiros” (algumas escolas liberavam para que apoiadores pudessem conhecer rapidamente a ocupação, dar ou

⁵ Após o fim das ocupações em São Paulo (2015), Campos, Medeiros e Ribeiro trazem relatos no livro “Escolas de luta” de vários casos onde o governo, direção escolar e professores acusaram que as ocupações causaram prejuízos, devido a furtos e depredações, podendo responsabilizar os estudantes. Retaliações foram feitas contra os estudantes nas escolas e até dentro das salas de aulas, pelos professores durante a reposição das aulas. Para contradizer essas acusações, os estudantes divulgaram fotos e vídeos das escolas entregues em condições iguais ou melhores que se encontravam antes de ocupar. Vistorias e perícias por parte de promotores de justiça e do Conselho Tutelar também averiguaram que não houve, de fato, sinais de depredação ao patrimônio público. Em Curitiba, segundo o jornal Gazeta do Povo, cerca de 70% das escolas que haviam sido visitadas pelo Conselho Tutelar não apresentavam qualquer irregularidade. Bebidas alcóolicas e drogas eram, por via de regra, proibidas dentro das ocupações, como uma das principais normas estabelecidas por meio de assembleias para evitar confusões.

participar de oficinas e atividades, trocar experiências, etc.) que respeitam a organização horizontal e autônoma da ocupação, pois a presença exclusiva de secundaristas naquele meio garantia melhor segurança e autonomia do movimento. Isso justifica o controle cuidadoso de quem era permitida a permanência ou “visita”, porém também foram permitidos, em alguns casos, que pais ou responsáveis, professores ou apoiadores em geral passassem a noite na ocupação.

Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 158) sintetizam essa análise observando quais eram os espaços dos secundaristas e dos apoiadores durante as ocupações, onde havia uma delimitação espacial nítida: “do lado de dentro do portão ficavam apenas os secundaristas, enquanto que em frente ao portão ficavam os apoiadores, independentemente de quem fosse”.

Silva e Silva (2017, p. 235) fizeram uma análise das ocupações a partir das culturas juvenis, pois cada jovem possui diferente trajetória de vida, escalas de valores, sentimentos, emoções e experiências. Esses contextos de significados devem ser reconhecidos por parte de toda comunidade escolas. Os jovens ocuparam a escola, repensaram e ressignificaram esse espaço, na maneira como poderia ser organizada e gerida de acordo com a visão dos alunos sobre gênero, raça, papéis sociais, valores.

Laranjeira, Iriart e Rodrigues, examinando a juventude

como categoria social, admitimos a sua posição na ordenação da sociedade, não como mera passagem para a vida adulta, mas como grupo que tensiona os espaços sociais e geracionais, numa conjuntura em que as formas de participação, os cenários políticos, a organização do trabalho se transformam rapidamente (LARANJEIRA; IRIART; RODRIGUES, 2016, p. 119).

Para Aroni, essa categoria não é vista como sujeitos políticos, com vocação e legitimidade para exprimir vontades políticas no espaço público, pois o autor ressalva a

imputabilidade das crianças e adolescentes, prevista como fundamento constitucional, já demonstra a tutela do Estado ao assistir a juventude, na limitação de sua potencialidade formativa de proposição de alterações políticas na educação que o Estado fornece. O próprio Estatuto da Criança e Adolescente (Lei n.º8.069) no artigo 53 apresenta limitações na vontade estudantil e ou dos pais, na elaboração da proposta curricular e pedagógica (ARONI, 2017, s. p.).

E assim conclui que “essa característica talvez demonstre uma nova realidade no esforço desses jovens na disputa pelo protagonismo de atuar politicamente dentro da estrutura da educação sucateada” (ARONI, 2017, s. p.).

O mesmo autor ainda considera que não é possível dizer que o

movimento das ocupações se configuram como um movimento social pela dificuldade em se identificar uma estrutura organizativa permanente, mas podem ser interpretadas como “uma tática mobilizadora de resistência a retirada de recursos” e podemos acrescentar direitos, nesse caso. E também levanta a hipótese que o “movimento de organização das ocupações não teria um caráter permanente que possibilitaria uma organização que fizesse seus ativistas disputarem recursos, mas apenas uma mobilização temporária contingente, uma tática de luta de resistência” (ARONI, 2017, s. p.).

Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 134-135) também observaram durante as entrevistas realizadas por eles, que diante dos desafios de convivência e da autogestão democrática, uma das coisas positivas que as ocupações destacaram foi a valorização da união entre os estudantes. Na maioria dos ambientes escolares tradicionais, os estudantes se dividem em grupos por interesses pessoais e reprodução das divisões da sociedade (gênero, idade, orientação sexual, etc.) e as internalizam na escola. Porém na ocupação, os estudantes identificaram o interesse comum naquela conjuntura – a luta pela educação pública. Os exercícios reflexivos e de debate exigidos para tomar decisões coletivas foram uma ruptura ao individualismo e à obediência exigida na escola, subvertendo a lógica anterior das relações entre os estudantes e firmando novas amizades.

Conforme Aroni (2017, s. p.), as ocupações formaram identidades culturais dos estudantes pela reivindicação de aspirações imateriais (a educação) e pela luta material por espaços de socialização segura (a escola), além do vínculo de pertencimento no espaço do bairro, da comunidade. A participação nas ocupações tornou-se, segundo o mesmo autor, “ritual cultural” fundamental para os estudantes formarem um projeto de resistência e que buscou outras formas de organizar a educação segundo as perspectivas dos jovens e a partir de seus interesses, organizando oficinas culturais pedagógicas de formação humanística, por exemplo.

Quanto a organização do movimento de ocupações, Piolli, Pereira e Mesko descrevem como movimentos autônomos, as ocupações analisadas pelos autores no estado de São Paulo, enquanto

movimentos autogeridos, ou seja, os próprios membros realizam o trabalho necessário para o surgimento e consolidação de uma campanha ou movimento. Há uma crítica à tradicional divisão do trabalho que separa concepção e execução, trabalho intelectual e trabalho manual (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016, p. 25).

A autogestão não é mera forma de gestão funcional ou administrativa, ela é fundamentada no princípio, de acordo a visão anarquista, para a ruptura das formas autoritárias de governo em diversas escalas. Silveira (2011, p. 6) complementa que “essa ruptura se materializa na organização coletiva de sujeitos com princípios e objetivos comuns, de forma livre e sem exploração do trabalho ou qualquer opressão realizada através do homem pelo homem”. Esse tipo de organização autônoma serve como forma de resistir aos perigos do movimento ser conduzido por elementos que buscam na luta o prestígio político.

A essência do conceito de autogestão envolve a organização de atividades sociais por meio da cooperação de um grupo, em que as decisões sobre a gerência são tomadas diretamente pelas pessoas participantes que estão envolvidas, atribuindo o poder decisório às coletividades específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.). Segundo Follis (2000, p. 74) retira-se a posição desigual entre “quem manda” e “quem faz” e estabelece que cada unidade de ação tem autonomia decisória, recusando interferência de vontades alheias, externas à coletividade.

As assembleias, um “processo decisório reflexivo coletivo”, foram um importante exercício de democracia e horizontalidade, pois grande parte das ocupações não estabeleciam um líder entre os secundaristas. Dessa forma, todos os estudantes participavam livre e igualmente, tendo o mesmo direito de voz e voto que os demais, engajando coletivamente numa atividade comum. E a partir da assembleia autônoma dos estudantes que foi possível organizar o espaço escolar. Castoriadis diz que a auto-organização é também uma auto-organização das condições que se desenrolam, abrangendo

as máquinas, as ferramentas, os instrumentos de trabalho, mas também os seus produtos; o seu meio, mas também os locais de vida, isto é, o habitat, e a relação entre os dois; e também, sobretudo, evidentemente, os indivíduos presentes e futuros, os seres humanos, sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo – sua paidéia (CASTORIADIS, 1983, p. 21).

Como Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 128) apontam, não há modelo perfeito de autogestão que supere todas as dificuldades enfrentadas, pois os seres humanos cresceram e foram socializados em uma sociedade hierárquica, cuja estrutura de poder não pode ser facilmente rompida. A organização por autogestão não foi mera cópia de um manual ou panfleto, mas foi inspirado do desejo dos estudantes de transformar os espaços de decisão que haviam tradicionalmente antes das ocupações.

Os coletivos autônomos, libertários ou anarquistas (“radicalmente democráticos”), como encaixam nesse caso, não estão diante de uma ausência de poder, apenas exercem o poder autônomo (ou não-heterônomo) sobre o território, pois

o exercício do poder não é concebível sem territorialidade – sejam os limites externos, as fronteiras espaciais do poder dessa coletividade, sejam as diferenciações internas da sociedade (dos indivíduos às instituições), que impõe territorialidades específicas (SOUZA, 2007, p. 107-108).

Retomando a ideia de Arendt (1970), em que a filósofa afirma que o poder constitui na habilidade humana de agir em comum acordo, Silveira considera que

um coletivo com princípios políticos, ideológicos e sociais que agem em uníssono gera diferentes significados, diferentes projetos, diferentes possibilidades, diferentes poderes, sem negar as contradições internas existentes, sem exercer controle ou domínio. Consideramos então que o poder estabelecido nesta relação constitui-se fundamental para qualquer organização autogerida, ou seja, a relação de poder pode se constituir a partir de comum acordo entre os sujeitos envolvidos (SILVEIRA, 2011, p. 54).

Os secundaristas nas ocupações desfizeram o poder heterônomo (já que é incoerente a ideia de ausência do poder) que permeava a escola enquanto instituição, cujo gestor e responsável era o Estado. Tal poder heterônomo, de dominação, impunha uma disciplina rígida sobre os gestos e comportamentos dos alunos, e no momento da ocupação os estudantes refizeram essas relações tradicionais exercendo seu poder autônomo, libertando a si mesmos de normas consideradas injustas e colocando outras consideradas mais legítimas, decididas e aplicadas igual e coletivamente.

Januário et al. (2016, p. 13) também destaca a autonomia estudantil na tomada de decisões dentro das ocupações e na agenda do movimento, pois indiferente do apoio e contribuição que recebeu de diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, foi possível perceber que os estudantes eram os reais protagonistas. As atividades gerais eram decididas diariamente por assembleias onde todos os secundaristas podiam (e deviam) participar para manutenção do movimento e zelo do espaço, como foram relatadas em inúmeras ocupações. Esse caráter participativo e igualitário é considerado um caminho para uma sociedade mais livre, segunda a ótica libertária. Castoriadis traduz isso dizendo que

a liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: *nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis* (grifo original do autor) (CASTORIADIS, 1983, p. 22).

Os estudantes ocupantes de suas respectivas escolas, em meio a sua coletividade, acordaram livre e igualmente nos processos decisórios algumas normas para a organização espacial, podendo haver possíveis punições para quem as violasse. Dessa forma, o poder autônomo é exercido sob a forma de um conjunto de normas, que “podem ser discutidas e rediscutidas a qualquer momento, podendo ser alteradas, em vez de serem vistas como inquestionáveis ou tabus” (SOUZA, 2013, p. 84).

Portanto, pode se considerar as ocupações vistas como múltiplos territórios com suas respectivas territorialidades que apresentam certo padrão de organização. Elas se reproduziram rapidamente em um curto período de tempo pelo Brasil a partir da primeira experiência em 2015 em São Paulo, quando os secundaristas paulistas ousaram experimentar a ocupação como ferramenta de luta não-institucional, criando territórios dissidentes. As ocupações tiveram grande importância na conquista de suas demandas e serviram como exemplo para as ocupações dos MES posteriores por muitos estados do país, especialmente no Paraná.

3 A PRIMAVERA SECUNDARISTA: PANORAMA DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES NO BRASIL DE 2015 A 2016

O movimento nacional marcado de protestos e ocupações estudantis, também conhecida como “Primavera Secundarista”, no ano de de 2016, não pode ser compreendido sem uma análise da primeira experiência de ocupações do MES paulista, que teve início no final do ano de 2015. Os jovens secundaristas, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, serviram como fonte de inspiração para que as ocupações fossem disseminadas com sucesso no ano seguinte, não apenas para alguns estados pontuais, mas por quase todo o país, visto que os estudantes conseguiram conquistar algumas de suas pautas levantadas por meio dessa tática.

Essas pautas ou bandeiras do MES de cada estado puderam convergir ou divergir entre elas, sem entrar em contradições. Em 2016, as pautas de destaque das ocupações foram contra as reformas nacionais, principalmente as que atingiriam diretamente a realidade dos estudantes secundaristas na educação (mas não só na educação), no caso a Reforma do Ensino Médio ou MP 746/2016 e a PEC 55, como já mencionadas na introdução deste trabalho. Também houve outras pautas secundárias relacionadas a forma escolar inserida no capitalismo, embora as mobilizações tenham se organizado, geralmente, em torno de formas escolarizadas, de certa maneira ressignificadas (aulas públicas, manuais, jograis, etc.) (CATINI; MELLO, 2016, p. 1188).

Aroni (2017, s. p.) diz que buscar a caracterização desse momento político, dinâmico e com grandes potencialidades que são proibidas nas instituições, permitem enxergar outras formas de pensar a educação levantadas pelos estudantes secundaristas, dentro de um novo repertório de ação, com mobilizações de contestação, resistências e propostas mais democráticas de planejamento e gerenciamento das instituições escolares. Para poder analisar o histórico dessa mobilização, Januário et al. (2017, p. 1), faz comparações com as manifestações de junho de 2013, apontando que houve continuidades (principalmente na primeira fase das manifestações, quando o Movimento Passe Livre (MPL) esteve mais ativo nos atos de rua) como a espontaneidade da mobilização, uso da ação direta, caráter horizontal, autônomo e a importância que as redes sociais tiveram na comunicação.

Os ciclos das ocupações se resumem através da emergência de uma necessidade ou vontade coletiva dos estudantes, com pautas mais homogêneas ou

heterogêneas (por exemplo no Rio de Janeiro, como será visto neste capítulo). Elas eclodiram, se multiplicaram, resistiram e encerraram após firmado algum acordo entre governantes e os estudantes ou representações estudantis, se não, era encerrado à força pelos instrumentos de coação do Estado. Esse fenômeno se alastrou rapidamente, muitas vezes referida como uma “onda de ocupações”. Com as eventuais e inevitáveis desocupações, o MES não perdeu a capacidade de mobilização antecedente e a luta não foi interrompida, mas ficou sempre em busca de novas estratégias em defesa de suas pautas.

Conforme houve crescimento no número de ocupações, a internet e redes sociais, como o Facebook e Whatsapp, serviram para que estudantes pudessem compartilhar informações sobre as ocupações, explicando o porquê delas, a experiência cotidiana de dentro dos muros, realizar troca de experiências, ajudar a constituir novas ocupações e a denunciar casos de ataque. Através da internet, foi possível organizar e convocar protestos nas ruas e escolas. Os estudantes produziram e divulgaram fotos, vídeos, blogs, documentários, cartilhas em grupos de discussões e redes sociais, se posicionando e contrapondo as informações das grandes mídias (jornais impressos, rádios e redes de televisão).

Depois da primeira fase de ocupações em São Paulo, no ano de 2015, em 2016 as ocupações multiplicaram e ganharam maior amplitude pelo país, chegando no seu ápice, estando presentes em cerca de 20 estados em todas as regiões do país, como Bahia, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros (figura 1). De acordo com Rossi (2016b), em 2016 totalizaram quase 1000 escolas ocupadas em todo o país, sendo dessas 850 localizadas somente no Paraná. Quantitativamente, outros estados que se destacaram com ocupações foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Figura 2 – Balanço das ocupações escolares no Brasil em 2015 e 2016



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os acontecimentos que serão relatados nas páginas seguintes compõem apenas uma fração dos episódios de decorrência das ocupações, que foram muito significantes, mas é quase impossível trazer todas as situações que ocorreram em cada ocupação. Os relatos serão úteis para identificar alguns aspectos da organização desse movimento autônomo e heterogêneo, que esteve diante de vários desafios para atingir seus objetivos, por mais variados que sejam.

3.1 SÃO PAULO

Entre outubro de 2015, o governo estadual de São Paulo fez um anúncio sobre a reorganização das escolas do estado de São Paulo, recebida com

confusão e receio pelos alunos, pais e professores. Januário et al. (2016, p. 1-3) descrevem a reorganização escolar como uma decisão administrativa que visava dividir as escolas por ciclos ou níveis, em que cada escola seria sede de apenas um ciclo: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Esse plano do governo de Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fecharia quase uma centena de escolas e atingiria diretamente cerca de 300 mil alunos e suas respectivas famílias. A primeira coisa que foi contestada foi o teor burocrático e centralizado dessa decisão, onde não houve devida participação da comunidade escolar no processo de planejamento.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) apenas fez o trabalho de informar os pais dos alunos pelos canais de comunicação, sendo que o projeto já estava devidamente planejado para que ocorresse, restando apenas a colaboração e compreensão dos atingidos, desde os alunos, pais e professores. Com essa posição decisória da SEE-SP em não abrir meios de ouvir a comunidade escolar, foram desconsideradas as críticas, questionamentos e sugestões que poderiam ter sido incluídas no planejamento da reorganização, que eventualmente poderia dar um caráter mais democrático.

Com essa situação, o antagonismo de interesses entre o governo e os afetados pelo projeto começa a fermentar a mobilização contra a reorganização. Professores representados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) se posicionaram contra a reorganização pois a medida também afetaria a classe docente (era previsível a diminuição de vagas de professores e o aumento de alunos por sala de aula) e ao mesmo tempo questionaram a falta de rigor nos estudos apresentados pela SEE-SP que justificavam a necessidade da reorganização.

Porém, é de destaque o protagonismo dos alunos na reação contra a medida e da maneira que estava sendo conduzida. Começa com a indignação manifestada nas redes sociais que os estudantes tem acesso e criação de abaixo-assinados, expondo o problema da falta de informação prévia que receberam da SEE-SP. Januário et al. expõe esse desencontro de visões, em que

a visão tecnicista que o governo tem da educação não corresponde à experiência dos estudantes, para quem a escola é muito mais que apenas um prédio e vagas em uma sala de aula. Grande parte da recusa dos alunos em aceitar a “reorganização” foi seu apego pela escola, pelo que ela significa enquanto parte de sua história e memória, e enquanto parte da comunidade e lugar da construção de laços sociais (JANUÁRIO et al., 2016, p. 7).

Os argumentos apresentados pela SEE-SP na tentativa de reparar a situação não eram suficientes para os estudantes⁶. Para eles, não fazia sentido que a reorganização trouxesse melhorias na educação diante da insatisfação das transferências que seria ocorridas, superlotação de salas e a falta de infraestrutura nas escolas. Pelo contrário, era acreditado que a reorganização seria uma medida disfarçada de cortar gastos com a educação.

Visto que não haveria uma abertura de diálogo tão fácil com a SEE-SP (que insistia em repetir os mesmos argumentos, como se os estudantes estivessem apenas desentendidos), a partir do final de setembro, a mobilização conjunta de estudantes e professores convocam vários protestos nas ruas, onde foram marcadas em pelo menos 60 municípios do estado de São Paulo, contando com quase 200 atos contra a reorganização.

Apesar do aumento de protestos demonstrarem algum avanço do movimento, os atos não surtiram efeito de imediato, pois a SEE-SP insistia em defender os mesmos argumentos já mencionados antes. Não haveria negociação na mudança do projeto, deixando claro que iria ser implementado às pressas e de forma vertical. Os estudantes, desgastando com os protestos que diminuíram de tamanho (quanto ao número de participantes) ao longo de algumas semanas, propuseram a tática de ocupação nas unidades de ensino, a ser utilizada apenas em último caso como apelo para serem ouvidos.

Campos, Medeiros e Ribeiro explicam como as ocupações foram uma ideia audaciosa pelos alunos, mas ainda válida a ser experimentada para serem ouvidos diante da

intransigência do governo e dos dirigentes de ensino, que adotaram desde o início uma postura de ignorar por completo o apelo dos estudantes, com certeza contribuiu para a disposição de se envolver em uma mobilização tão radical quanto a ocupação de uma escola, e de maneira tão rápida, principalmente levando em consideração que a grande maioria daqueles secundaristas tinha pouca ou nenhuma experiência de participação em movimentos sociais (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 112).

Os mesmos autores dizem que a ideia de ocupar não surgiu por acaso, ela foi tirada do manual “Como ocupar um colégio?” (anexo A), traduzido e

⁶ A organização foi justificada pela Secretaria com o argumento que houve diminuição de matrículas nas unidades de ensino nas últimas décadas e também alegava que o desempenho dos alunos em escolas de ciclo único é superior (em média de 10%).

adaptado pelo coletivo O Mal Educado⁷ a partir de documentos por um grupo argentino da “Frente de Estudantes Libertarios”, que contém experiências de luta dos secundaristas chilenos. Esse manual chama atenção por inspirar os estudantes na luta contra o governo e dá confiança na força e organização do movimento, mencionando a ocupação de uma escola em 2002, no Mato Grosso do Sul, onde os alunos protestaram contra a entrega de uma escola estadual para administração municipal. O manual também traz um plano de ação, sugestões de como organizar uma ocupação e destaca a importância das assembleias.

Se o governo propunha o fechamento das escolas, então a reação dos estudantes foram de tomar essa decisão para manter a escola funcionando, de acordo com seus princípios e objetivos. Em outras palavras, os estudantes reutilizaram o espaço escolar de forma distinta, ocupando e reelaborando suas próprias atividades educacionais.

Rossi (2015a, s. p.) relata que em meados de novembro de 2015, quando as ocupações das escolas em São Paulo já somavam em 74, o secretário Herman Voorwald da SEE-SP ainda resistia na decisão de realizar a reorganização. Em contra partida, os estudantes deixavam claro que só sairiam das escolas se houvesse alguma garantia que nenhuma delas fechará. Essa era a pauta principal das ocupações. Até o final do mês de novembro, o número de escolas ocupadas chegou a 182 e no começo de dezembro passou de 200, segundo o jornal El País Brasil.

A pauta da reorganização abriu o olhar dos estudantes para outros problemas presentes na educação pública que também devem lutar, pois afetam eles mesmos cotidianamente, como a lotação dentro das salas de aula, contratação de professores e servidores, falta de infraestrutura adequada dos colégios e a participação democrática da comunidade nas decisões escolares.

⁷ O coletivo surgiu como encontro de duas experiências do movimento estudantil secundarista. A primeira, em 2009, quando estudantes de um colégio da zona sul de São Paulo se mobilizaram contra uma diretoria autoritária, realizando protestos e trancando os portões do pátio do colégio. Após outros protestos relâmpagos, a diretora se reúne com os estudantes e se compromete a atender as reivindicações feitas por eles, que no final não foram cumpridas e cinco alunos foram ameaçados de expulsão por terem feito novos protestos. Um ano depois, a diretora é substituída por outra gestão escolhida pelo governo, porém as questões que motivaram as manifestações não mudaram e o movimento dispersou, sem ter sido formado um grêmio estudantil que organizasse os secundaristas em um longo prazo. A segunda, entre 2010 a 2011, quando houve articulação entre grêmios de escolas públicas, particulares e técnicas estaduais, chamada de Poligremia. A participação dessa interação organizou mostra de curtas-metragens, participou de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus junto com o Movimento Passe Livre e principalmente auxiliou na criação de novos grêmios. A Poligremia encontra depois os estudantes do evento de 2009 e com a troca de experiência dos alunos e ex-alunos, foi fundado o coletivo O Mal Educado.

Para além da presença nas escolas, o MES viu como necessário adotar a tática frequente dos “trançaços” (fechamento dos principais cruzamentos de São Paulo com cadeiras escolares), usando as ruas e avenidas como palco de luta e ao mesmo tempo repressão do movimento. A Polícia Militar (PM) do estado desempenhou a função de sufocar as manifestações de rua e pressionar pelo lado de fora os alunos que ocupavam os colégios, utilizando técnicas repressivas e desproporcionais, levando em conta que os estudantes são jovens menores de idade.

A tropa de choque da PM repreendeu vários atos estudantis com tiros de bala de borracha, bombas de gás e detenções dos manifestantes sem motivo aparente foram comuns. Martins (2015, s. p.) denuncia que “para além da violência física, há outras violações acontecendo. Advogados foram impedidos de acompanhar estudantes detidos; comunicadores têm sido impedidos de cobrir ações policiais contra manifestantes”. Essa é resposta imediata que o Estado tem a oferecer para os secundaristas, quando esses reivindicam o direito à educação pública de qualidade e participação nas decisões de políticas públicas que afetam diretamente suas vidas.

Houve promoção de um grande boicote ao Saesp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) pelos secundaristas, que estava marcada sua aplicação nos dias 24 e 25 de novembro. Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 175-178) descrevem o Saesp como um “paradigmático do modelo de educação rejeitado pelo movimento”. Ele faz parte de um sistema que propõe avaliar através de uma única prova, e os resultados ajudam a compor o Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), que serve para calcular o bônus a serem recebidos pelos funcionários e professores. Segundo os estudantes, o Saesp é apenas um mecanismo do governo que cria a impressão de uma política eficiente, mas na verdade em nada contribui para a melhoria da educação. Muitos diretores intimidaram os estudantes a realizarem a prova, pois caso contrário perderiam o bônus nas escolas ocupadas.

Na tentativa de acabar com as ocupações, o governo utilizou dos aparatos judiciais e policiais, fazendo pedidos de reintegração de posse. De acordo com Rossi (2015b, s. p.), a princípio, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou o pedido liminar do Estado, pois os desembargadores consideraram que as ocupações dos estudantes não envolvem questão possessória, pois o objetivo dos estudantes é apenas fazer com que o Estado abra discussão sobre o projeto de reorganização da rede de ensino. Com essa e outras decisões de juízes que negaram pedidos de

reintegração de posse, o número de ocupações subiu na capital e no interior do estado.

Difamações e desinformações também foram um meio de reprimir e desmobilizar o movimento e interferir na relação entre estudantes que ocupavam as escolas e a comunidade. Como forma de desqualificar as ocupações, Fernando Padula, chefe de gabinete da SEE-SP, incluiu como estratégia a tentativa de convencer os pais dos alunos de que as ocupações prejudicam os próprios estudantes, isolamento dos colégios ocupados e levando a cabo o decreto que regulariza a reorganização escolar.

Chegando em dezembro de 2015, como resultado de tanto esforço dos estudantes resistindo contra a reorganização, houve queda na popularidade do governador. Quatro dias depois de assinar o decreto que formalizara a medida, Alckmin se viu forçado a recuar e anunciar em pronunciamento público que adiará em um ano a medida, enquanto que o secretário da educação Herman Vorwald pediu demissão (BEDINELLI, 2015, s. p.).

Para Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 273), o poder Judiciário foi importante na hora de reverter o fechamento de algumas escolas do estado de São Paulo e reconhecendo que o governo não abriu verdadeiro debate ou consulta com as instâncias necessárias, menosprezando a população atingida, violando o direito de participação de pais e responsáveis na definição de propostas educacionais.

Essa volta feita pelo governo ainda não foi suficiente para contentar os secundaristas, que queriam o cancelamento da reorganização, não um adiamento como foi feito. Por isso a mobilização continuou após esse pronunciamento do governo, marcado por mais protestos estudantis nas ruas. Duas semanas depois, ainda em dezembro, a Justiça suspendeu o plano da reorganização escolar por meio de uma liminar, que definiu como obrigação do Estado não mover os estudantes das escolas onde já estavam matriculados e nem fechar qualquer escola da rede estadual (ROSSI, 2015c, s. p.).

Os rumos das ocupações ficam incertos, pois apesar da suposta revogação que muitos ainda desconfiavam de ser mais uma manobra para incentivar a desmobilização, as ocupações encolhiam rapidamente. Por outro lado, algumas entidades estudantis comemoravam a vitória. Uma assembleia estudantil aprovou que não desocupariam as últimas escolas até receber uma revogação oficial da reorganização e que não houvesse punição para qualquer envolvido no movimento.

A partir desse momento cada escola decidiu autonomamente como os secundaristas iriam definir o novo rumo das ocupações, se iriam desocupar ou não. No dia 17 de dezembro de 2015, restavam 25 colégios ocupados. Isso foi por conta da confusão de diagnósticos pelos diversos secundaristas (demonstrando o aspecto heterogêneo do movimento) e da forma que o governo tentava manipular o movimento com informações imprecisas. No fim, mais desocupações foram ocorrendo mesmo sem total confiança na vitória, mas era necessário ao mesmo tempo planejar novos métodos de luta que garantisse que nenhuma escola seria fechada.

Retaliações contra os alunos envolvidos nas ocupações prosseguiram mesmo depois de terem desocupado as escolas, muitos foram acusados, desde o início das primeiras ocupações, de terem depredado o local e furtado objetos. O governo divulgou para a imprensa a estimativa de prejuízo de R\$ 1 milhão, e que os estudantes poderiam ser responsabilizados por tais acusações. Os estudantes além de negarem os fatos também conseguiram provar sua inocência com ajuda de perícia, mostrando que as escolas foram entregues de volta sem sinal de vandalismo.

A reorganização escolar torna-se assunto para ser discutido pelo movimento, por enquanto, em outra hora. Outras questões foram colocadas em discussão, após terem passado pela experiência das ocupações, que lhes deu conhecimento sobre a escola, e as relações que se passam nela. Os secundaristas começaram a questionar sobre a conduta e as práticas de diretores, coordenadores e professores; participação da comunidade escolar na gestão, visto que é garantido a gestão participativa pela legislação; e a formação de grêmios livres e independentes, para contrapor a prática restritiva das atividades estudantis pelas direções escolares.

3.2 GOIÁS

No início de dezembro de 2015, enquanto os secundaristas paulistas desocupavam algumas das escolas, surgem as primeiras ocupação no estado de Goiás, porém com pautas diferentes de São Paulo. Os estudantes se opuseram ao fechamento de escolas que funcionam em período integral, assim como a privatização (repasso de 200 escolas públicas para Organizações Sociais ou OS⁸) e a

⁸ As OS são entidades privadas, sem fins lucrativos e previstas na lei 9.637/1998. No modelo goiano, os repasses públicos passam a ser feitos às entidades que são responsáveis pela manutenção das escolas. Elas também ficarão responsáveis pela contratação de professores e funcionários. Segundo a Secretaria de Educação de Goiás, o objetivo desse plano-teste é tentar aumentar o rendimento das escolas, baseado em um estudo. A Secretaria defende que a implantação das OS tornaria o sistema

militarização⁹ de outras, revelando uma luta contra o aprofundamento das relações sociais capitalistas e conservadoras no cotidiano da escola, uma vez que as organizações sociais pressupõe um controle privado da organização da escola e das relações de trabalho (CATINI; MELLO, 2016, p. 1186)

Inspirados pelo movimento estudantil secundarista de São Paulo, os secundaristas de Goiás ocuparam 32 escolas e a Secretaria de Educação de Goiás (SEDUCE) no seu auge, contrários à política privatista do governador Marconi Perillo (PSDB), da forma como foi feito o anúncio dos planos (sem estabelecer um diálogo efetivo com os atingidos dessas mudanças) e pela defesa da escola pública, gratuita e de qualidade (ROSSI, 2015d, s. p.).

Para Nascimento e Kowata (2016, p. 2), com a implantação das OS haveria falta de profissionais da área de educação, menores investimentos de recursos humanos e de infraestrutura. As autoras ainda apontam que, ao implantar as OS nas escolas, mudariam tanto o piso salarial dos professores estabelecido pela Lei 11.738/08 quanto o aprimoramento da categoria pela lei 13.909. Além disso, se perderiam os direitos e benefícios dos professores e servidores administrativos concursados como o quinquênio, percepção adicional salarial e a licença prêmio. Por meio da OS, a contratação seria por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e não mais por concurso público.

Ainda segundo as mesmas autoras, há relato sobre a ocupação no o Colégio Estadual José Carlos de Almeida, antigo Educandário Brasil Central, sendo uma das escolas mais antigas de Goiânia e constitui patrimônio histórico. Desde 2014, esse colégio esteve fechado para reformas que não havia sido concluída até 2016. Os secundaristas ocuparam a escola e reivindicaram sua abertura, suspensão do projeto de OS e contra a ampliação de escolas militares em Goiás. Depois de três longos meses de ocupação, a Justiça determinou reintegração de posse e os estudantes desocuparam.

mais ágil, eficiente e daria maior qualidade na educação. As escolas iriam permanecer totalmente públicas e gratuitas, e que “não se trata de privatização ou terceirização do ensino público, mas de uma parceria [público-privada]”. Além disso, os professores não seriam prejudicados quanto a seus direitos trabalhistas, como o piso salarial, férias, 13º e fundo de garantias.

⁹ Segundo o governo estadual de Goiás, a militarização das escolas é uma demanda da comunidade na tentativa de acabar com a violência no ambiente escolar. Como parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança, os militares assumiriam a direção das escolas, mas a parte pedagógica ainda seria papel da Secretaria de Educação. Torna-se obrigatório uma disciplina de cartilha militar para os alunos e quem estuda nos colégios militares são “convidados” a pagar a matrícula e mensalidade como “contribuição voluntária”.

O cotidiano das ocupações foram similares com as de São Paulo: as atividades incluíram a limpeza e pintura das escolas, oficinas, atividades educativas e culturais, geralmente divulgadas por páginas do Facebook criada pelos próprios secundaristas. Embora a oposição ao fechamento, privatização e militarização de escolas sejam as principais reivindicações dos estudantes, eles também chamaram atenção para a precariedade do espaço físico das escolas, que demandam melhorias na sua infraestrutura.

A Secretaria suspendeu o calendário escolar das unidades de ensino ocupadas e deu a opção para que os estudantes matriculados nessas unidades pudessem ser transferidos para outras escolas, para iniciarem as aulas junto com as demais. Nesse caso também foram feitos pedido de reintegração de posse, para pressionar o quanto antes as ocupações. Ao mesmo tempo, a secretária da SEDUCE coloca como parte da culpa pela falta de diálogo aos próprios estudantes que ocuparam as escolas, pois impediriam os debates abertos junto com a comunidade (ROSSI, 2016^a, s. p.).

Houve relato de diversos conflitos durante as ocupações goianas. No desenrolar de desocupação de algumas escolas, os estudantes sofreram agressões quando a PM invadiu a escola sem mandado para desocupar o lugar, parte da comunidade se juntou na confusão e também acabaram agredindo estudantes. O diretor de um colégio foi acusado de organizar ações com a comunidade para desocupar a escola (estudantes relatam que pessoas pularam o muro da escola e tentaram forçar entrada pelo portão) e denunciou que o local foi alvo de vandalismo por parte dos ocupantes. Os secundaristas repudiaram a versão do diretor e retrucaram que os danos provocados na escolas ocorreram no processo de desocupação, talvez feito pelas pessoas da comunidade para incriminar o movimento, pois enquanto estiveram ocupados eles cuidaram e limpam a escola.

Uma reportagem do jornal Ponte (SALVADORI, 2016, s. p.) mostra que um grupo de Whatsapp foi criado para neutralizar o MES, as ocupações e seus apoiadores que se opõe aos projetos do governo goiano. Nesse grupo participavam servidores do estado, a secretária de Educação, Raquel Teixeira, e comandante geral da PM goiana, coronel Divino Alves de Oliveira. Embora a SEDUCE tenha informado para o jornal que esse grupo serve como “grupo de trabalho”, para tratar assuntos administrativos relacionados à educação e segurança de alunos e comunidade

escolar, há provas que as mensagens incitam mais à vigia de estudantes e professores e repressão de tentativas de novas ocupações.

Assim como o governo tentava desviar do problema das ocupações, dando continuidade ao calendário escolar nas escolas que não estavam ocupadas, os estudantes mantêm sua postura contra o fechamento das escolas integrais, privatizações e militarizações de algumas unidades de ensino. Em fevereiro de 2016, todas as escolas haviam sido desocupadas após decisão judicial e diversos pedidos de reintegração de posse, que começaram a ser expedidos desde janeiro.

Em julho de 2016, o governo de Goiás havia cancelado o primeiro edital aberto para as OS gerirem as escolas, dando certo alívio para o MES, ainda que temporário. Só no ano posterior, em janeiro de 2017, a Justiça goiana decidiu suspender o edital que iria chamar as OS para gerir as escolas do estado, resultado da estratégia do movimento estudantil que foi capaz em mostrar para a sociedade as consequências desses planos. Contudo, os estudantes prudentemente se mantiveram atentos e mobilizados mesmo após essa notícia, pois a SEDUCE ainda poderia recorrer na decisão (FERNANDES, 2017, s. p.).

3.3 RIO DE JANEIRO

Chegando no ano de 2016, no mês de março, é a vez dos secundaristas do estado do Rio de Janeiro mobilizar ocupações, também com pautas diferentes daquelas apresentadas pelos estudantes de São Paulo e Goiás. A lista de reivindicações é também mais extensa e não focou em uma pauta unificada. Conforme Martín (2016a, s.p.) descreve, o MES carioca exigiu: a recontração de funcionários demitidos por corte de verba; gestão mais democrática da escola; disponibilização de laboratórios de ciência; instalação de ar condicionado nas salas de aulas; pagamento em dia do salário dos docentes; e reformulação do modelo de ensino e avaliação¹⁰.

Essas pautas denunciam a crise fiscal pela qual o governo estadual (PMDB) anda passando, resultado da queda da economia brasileira e das isenções fiscais gigantescas. Na época, o antigo secretário estadual da educação do estado,

¹⁰ Os secundaristas cariocas criticaram principalmente o SAERJ (Sistema de Avaliação de Educação do Estado do Rio de Janeiro), sistema de avaliação bimestral dos alunos para as escolas escalarem ranking de qualidade, justificando que as provas são de nível baixo e o caráter meritocrático. As escolas melhores colocadas e professores dessas recebem bonificações, que agem para que haja mais foco no preparo para o SAERJ.

Antonio Neto, até chegou a afirmar que considera legítimo o movimento das ocupações, concordando com as críticas estudantis ao modelo de ensino médio.

Naquele mesmo contexto, soma-se a greve dos professores da rede estadual, que foi deflagrada um mês antes das ocupações, com adesão de 80% da categoria e durou cerca de três meses. Os docentes exigem pagamento dos salários em dia, assim como um aumento, pois não tiveram reajuste salarial desde 2015.

O governo do estado do Rio de Janeiro, de antemão, não deu sinal positivo nas negociações com o movimento estudantil, inclusive fez pedido de reintegração de posse em alguns colégios ocupados. Essa medida demonstrou a falta de diálogo entre a gestão pública e os estudantes. Quem mediou a negociação pela desocupação dos colégios do estado foi o chefe de gabinete da secretaria de Educação, Caio Lima. Ele relatou o problema de ter que negociar escola por escola, pois as pautas pela ocupação às vezes eram diferentes em cada uma. Em maio, o estado do Rio de Janeiro já contava com mais de 70 ocupações, fazendo que a Secretaria do Rio de Janeiro declarasse recesso nessas escolas (MARTÍN, 2016b, s. p.).

Lima disse em entrevista para o El País Brasil que aceitou a pauta sobre eleições mais democráticas dos diretores, abertura para participação estudantil na organização das escolas, diminuição de quatro avaliações para duas por ano, corte de bonificações por rendimento dos professores e revisão de diversos problemas das estruturas das escolas. Esse último seria cumprido somente depois das desocupações.

Após uma troca de nomeação, o governo colocou um novo secretário, Wagner Vícter, que voltou atrás com o comprometimento feito anteriormente, não democratizando de fato as eleições dos diretores, apenas ofereceu uma consulta paritária que pode ser aceita ou não pela Secretaria. Essa oferta não contentou a vontade dos estudantes, que insistiram e pressionaram o governo para que sejam abertas outras negociações, erguendo novas ocupações.

A Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) do Rio de Janeiro prometeu, em maio, repassar até R\$15 mil para cada escola reparar danos de infraestrutura, mas não garantiu uma reforma no sistema de ensino pretendida. Também foi alterado o calendário das escolas ocupadas (talvez como forma de punição), de acordo com o tempo de ocupação de cada uma, e a Secretaria se comprometeu que improvisaria espaços para escolas provisórias, para que alunos

contrários à greve pudessem estudar. Também autorizou a transferência de estudantes que queiram mudar de unidade.

Na oposição do movimento, um grupo inédito formado por secundaristas e organizado juntamente com as direções metropolitanas, denominado “Desocupa Já”, tentava evitar novas ocupações e convenciam estudantes a desocupar, participando das assembleias e defendendo a ideia que as ocupações seriam prejudiciais, principalmente aos alunos que perderiam aulas. Além disso, tal movimento acusa que as ocupações não teriam legitimidade na luta pela educação, pois foram usadas para uso de drogas e prática de sexo entre os alunos.

Entre maio e junho, os secundaristas do Rio de Janeiro ocuparam duas vezes a sede da SEEDUC. Na primeira ocasião, os estudantes foram reprimidos e agredidos pela PM, mas conseguiram ocupar durante um dia, suficiente para exigir negociação com o novo secretário de educação. A Tropa de Choque foi acionada pelo governo para retirar os manifestantes da sede pelo uso da força. Na segunda, na qual os estudantes permaneceram por mais tempo (mas tiveram grandes dificuldades, pois a PM cortou a água do prédio e impediu entrada de alimentos), reivindicaram uma outra tentativa de reunião com o secretário de educação e o governador do estado, pois até então as promessas feitas pelo governo ainda não haviam sido cumpridas (BARROSO, 2016a; 2016b, s. p.).

Em junho, os colégios começaram a ser desocupados após decisão judicial, mas as atividades escolares não voltaram imediatamente, pois ainda a greve docente continuava em vigor em virtude do não avanço das pautas da categoria. A SEEDUC só foi desocupada após a justiça determinar de reintegração de posse, no dia 24 de junho, quase um mês da segunda ocupação. A saída dos estudantes dessa vez ocorreu de forma pacífica, mas afirmaram que se não houvesse respostas do governo às demandas já esclarecidas, novas ocupações poderiam surgir na cidade. As conquistas concretas do movimento foram as verbas para reparos nas escolas (apesar de serem insuficientes para as escolas muito precarizadas), uma melhor paridade nas eleições de diretores (ainda que dependa da Secretaria para aprovar esses) e redução das provas do SAERJ (e não sua eliminação, como reivindicavam).

3.4 RIO GRANDE DO SUL

Entre maio e julho de 2016, o MES gaúcho ocupou cerca de 150 escolas contra dois projetos de lei, em pauta na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que representavam uma “guinada conservadora” no sistema de ensino público: um propõe privatizar as escolas através do Projeto de Lei (PL) 44/2016¹¹; o outro pretende excluir disciplinas “políticas” pela PL 190/2015, inspirada na PL da “Escola sem Partido”¹² (CORTEZ, 2016, s. p.).

Silva e Silva (2016, p. 238-240) relatam que a primeira escola ocupada foi o C.E. Coronel Afonso Emílio Massot, em 11 de maio, localizada em Porto Alegre. A princípio, através de um acordo entre secundaristas e a direção da escola, a ocupação permitiria que as aulas fossem dadas normalmente. Poucos dias depois, essa decisão foi revertida e as aulas interrompidas. Especificamente nesse colégio, as pautas da ocupação foram a falta de professores e funcionários, problemas de infraestrutura e sucateamento imobiliário, atraso no repasse financeiro da escola e o parcelamento do salário docente.

Em nota, o MES gaúcho deixou claro suas seguintes reivindicações: criação de uma Comissão de Fiscalização para acompanhar obras de infraestrutura nas escolas; aumento desse valor estipulado pelo governo estadual; não retaliação dos estudantes; fiscalização do repasse do valor da merenda escolar; nomeação e contratação de mais professores; e retirada da PL 190 e PL 44. Para chamar maior atenção da sociedade e do governo sobre suas reivindicações, os estudantes organizaram protestos pela capital gaúcha.

Concomitantemente, os professores da rede de ensino gaúcha estavam em greve, deflagrada desde 13 de maio. As pautas eram o parcelamento dos salários, falta de reajuste salarial, descumprimento do piso salarial docente, PL 190 e PL 44, más condições das escolas e a falta de repasse de verba estadual. Os professores contribuíram com os estudantes fazendo doações de utensílios necessários e alimento não perecível, enquanto os alunos apoiavam mutuamente a

¹¹ A PL 44/2016 tramitava com caráter de urgência e objetivava repassar a administração das escolas para a iniciativa privada por meio de OS.

¹² A PL 190/2015 constitui-se parte de um movimento nacional também chamado “Escola sem partido”, que busca extinguir uma suposta “doutrinação político-ideológica” nas escolas brasileiras. O movimento ainda chega a afirmar que existe no país “um exército de militantes travestidos de professores”. Os projetos de lei que tramitam em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional pretendem restringir os conteúdos de ensino pela pretensa ideia da neutralidade do conhecimento, especificando os limites de atuação dos professores para impedir crenças particulares em sala de aula. Contraditoriamente, o projeto infringe tanto o pluralismo de ideias quanto a liberdade de aprender e ensinar.

greve docente, pois algumas das pautas eram de comum acordo entre ambas, como o repasse de verba na educação, fim do projeto de terceirização e aumento do salário da categoria (CORTEZ, 2016).

No primeiro momento, houve certa ausência da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUCRS) para dialogar com os estudantes ocupantes. Silva e Silva (2016, p. 239) relatam que a ideia era que os diretores tentassem resolver a situação das ocupações diretamente com os secundaristas de suas respectivas escolas. Algumas delas foram visitadas pelo antigo secretário de educação, Vieira da Cunha, que até participou de algumas reuniões com os jovens, recebendo-os na sede da Secretaria. Vieira se removeu do cargo e deu lugar ao novo secretário, Luís Acoba de Freitas, que prosseguiu com as negociações.

No dia 13 de junho, os secundaristas ocuparam o saguão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, local onde seria votado no dia seguinte a PL 44. Após um dia de ocupação, os estudantes saíram do local com a promessa de um acordo a ser firmado entre governo e estudantes. Assim, um acordo foi estabelecido entre a Secretaria e a UBES, na tentativa de negociar as desocupações diante das propostas da Secretaria.

Esse acordo possuía sete pontos: (1) criação de um fórum permanente para a melhoria da educação pública gaúcha, com a participação da sociedade e dos estudantes; (2) repasse de R\$40 milhões prometidos pelo governo para obras nas instituições de ensino até o dia 30 de junho; (3) aumento da verba para as merendas e fiscalização do cardápio, com a participação de estudantes; (4) nomeação de professores que faltavam para fechar os quadros; (5) repasse das verbas atrasadas de autonomia financeira das escolas até o dia 20 de junho; (6) adiamento da votação da PL 44 para haver diálogos e discussões sobre o projeto no fórum permanente de educação; e (7) não penalização ou retaliação dos estudantes que participaram das ocupações (SILVA; SILVA, 2017, p. 240).

O MES gaúcho se dividiu nesse momento. Em entrevista com o jornal El País Brasil, Isabela Monteiro, vice-diretora da UBES-Sul, afirmou que o acordo foi um passo positivo para o MES gaúcho, pois além do tempo hábil que ganharam, os estudantes também conseguiram repasse de verba para merenda, investimento na infraestrutura dos colégios e criaram um fórum permanente de discussões para estudantes colocarem suas demandas e expor para a Secretaria de Educação.

Porém alguns estudantes que recusaram participar do acordo discordaram da opinião de Isabela e criaram um Comitê das Escolas Independentes (CEI), para decidirem as desocupações de forma autônoma e desvinculada das decisões tomadas pela UBES em nome de todos os estudantes. Eles também acusaram os estudantes que ocuparam a Assembleia Legislativa de não ouvir as demais escolas e tomar decisões pela maioria, centralizando o movimento pelas entidades estudantis representativas. Como forma de protesto a UBES, o CEI ocupou a Secretaria da Fazenda no dia 15 de junho. A polícia reprimiu o ato levando protestantes menores de idade à força para a Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes e um jornalista que registrava o ato foi preso.

Esse evento teve uma repercussão negativa para o governo estadual, então houve uma nova negociação com o CEI, onde acordaram: “a não criminalização das manifestações estudantis e nem qualquer tipo de punição dos jovens e professores envolvidos; paridade de cadeiras no fórum permanente para o CEI e uma quantia específica (entre R\$ 50.000 a R\$ 120.000) para reformas nas escolas que compõem este comitê”. Diante desse acordo as desocupações se iniciaram e no dia 27 de junho todas as escolas do estado já estavam desocupadas (SILVA; SILVA, 2017, p. 241).

3.5 PARANÁ

Poucos devem saber que o Paraná já foi palco de ocupações por estudantes antes das pautas principais da PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio entrarem na mira dos estudantes. Em Maringá, no norte do estado, centenas de estudantes protestaram em maio de 2016 contra a falta de merenda e qualidade na educação na rede pública estadual. Em um ato convocado por eles, os estudantes terminaram ocupando o Colégio Estadual José Gerardo Braga, havendo sido decidido essa ocupação em uma assembleia anterior. Eles reivindicaram abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Operação Quadro Negro¹³

¹³ Operação que investiga esquema de desvio de dinheiro que deveria ser aplicado na construção de escolas entre 2011 e 2014. As irregularidades só foram descobertas em 2015. Segundo um delator, envolveu funcionários da Secretaria de Educação, políticos e assessores. O dinheiro desviado (estipula-se quase R\$20 milhões) da construção de escolas teria contribuído na campanha eleitoral de políticos, como o do governador Beto Richa na sua reeleição, como envolveu também alguns nomes dos aliados do governo.

e as razões da mudança da merenda, que havia perdido qualidade, quantidade e variedade nas escolas (OLIVEIRA, 2016, s. p.).

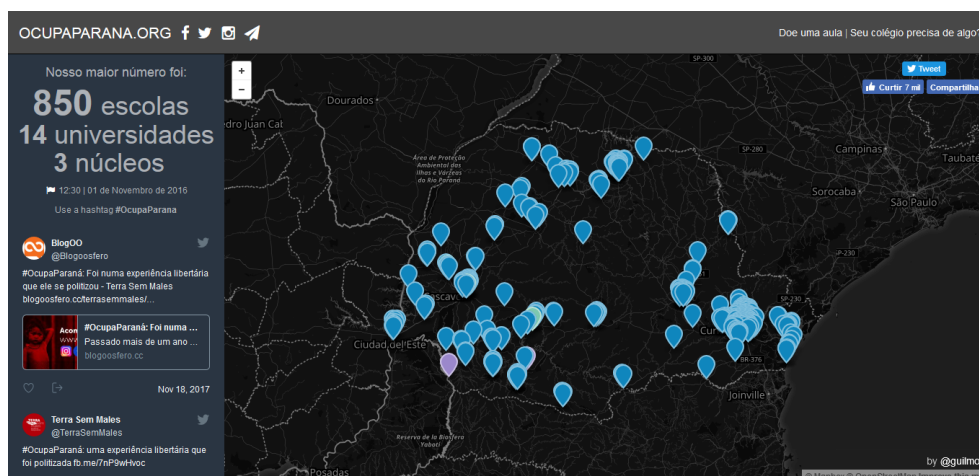
Mais 3 colégios foram ocupados no município que defendiam a mesma pauta. Os estudantes aproveitaram a visibilidade do protesto para denunciar a infraestrutura precária e o desvio do dinheiro para construção de novas escolas estaduais no Paraná. O presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) esteve à frente da ocupação e reuniu com representantes da PM, do Núcleo Regional de Educação (que prometeu interlocutar com o governo) e com a direção escolar. A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) liberou cerca de R\$40 milhões para melhorar as merendas.

No dia 26 de maio, houve reintegração do primeiro colégio ocupado de Maringá por determinação da Justiça, pedido pelo governo, apesar da Secretaria de Estado da Educação ter informado que não pediria reintegração, pois acreditava no “amplo diálogo com os líderes do movimento” para atender as reivindicações. As demais escolas decidiram por assembleia em desocupar até ocorrer uma reunião marcada com o governador Beto Richa (PSDB) em Curitiba. Caso não houvesse acordo, os estudantes ameaçaram ocupar novamente até conquistar seus pedidos.

Cinco meses depois, em outubro, o movimento nacional de ocupações estava no seu ápice. Como mencionado na introdução desse trabalho, o Paraná foi palco de destaque nesse contexto, pois 850 das 1000 ocupações brasileiras se localizaram nesse estado, além de 14 universidades e 3 núcleos regionais de educação (figura 2), de acordo com a contagem do movimento Ocupa Paraná¹⁴. A primeira delas, na esteira da luta contra as aprovações da PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, foi o Colégio Estadual Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, no dia 3 de outubro, mas rapidamente o número de ocupações cresceu a cada dia (ALESSI, 2016, s. p.).

¹⁴ O movimento disponibiliza no site próprio (<http://ocupaparana.org>) o número e um mapa online com a localização de apenas algumas das 850 escolas, 14 universidades e 3 núcleos ocupados no Paraná, levantados até o dia 1 de novembro de 2016. A contagem era atualizada frequentemente por postagens na página do Facebook do movimento, porém atualmente ela não se encontra mais disponível.

Figura 3 – Escolas, universidades e núcleos ocupados no Paraná em 2016



Fonte: Ocupa Paraná

A pauta das ocupações estudantis paranaenses foram reivindicações de escala nacional, principalmente contrários a MP 746/2016 que visava reformar a estrutura do ensino médio escolar. Também se posicionaram contrários à PEC 55, que congelaria o gastos públicos na educação e saúde por até 20 anos, atingindo diretamente a realidade da população brasileira que mais depende desses serviços públicos. Cometendo o mesmo erro do governo estadual paulista, o governo de Michel Temer apresentou essa medida sem a devida consulta com a comunidade escolar, não considerando a falta de estrutura para período de aula integral e a remoção de disciplinas obrigatórias como sociologia e filosofia.

O lema do movimento “Ocupar e resistir!”, reproduzido muitas vezes pelos estudantes em cartilhas, cartazes e outros meios comunicativos, expressou

de forma clara que a ocupação visava oposição justificada em relação às ações governamentais, ou seja, que a criticidade juvenil existe e é também impulsionadora de ações que visam proteger direitos sociais fundamentais, como é o caso da educação (FLACH; SCHLESENER, 2017, p. 177).

Junto as ocupações, os professores da rede estadual deflagraram greve que se iniciou no dia 17 de outubro, contra a retirada do reajuste salarial que seria previsto para janeiro de 2017. Outros servidores (docentes e funcionários de universidades estaduais e policiais civis) também entraram em greve por conta do encaminhamento de uma PL à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para o não cumprimento legal ao reajuste salarial e à data base da categoria. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP) que representa a categoria, cerca de metade dos professores aderiram a greve, representando pouco menos de 40 mil docentes (RESENDE, 2016, s. p.).

Flach e Schlesener (2017, p. 176) analisam que a situação educacional no Paraná se difere de outros estados por conta de aprofundamento dos problemas relativos à educação pública estadual, tanto por conta da relação tensa entre governo do estado e profissionais da educação, em razão das medidas governamentais que corroeram direitos dos professores, como também a contratação (temporária e precária) de professores; fragilidade na estrutura física das escolas; falta de funcionários; de bibliotecas; problemas com processos licitatórios para reforma e construção de novas escolas; e problemas com a distribuição da merenda escolar.

O atual governador do estado do Paraná, Beto Richa, é conhecido como “inimigo da educação” depois do fato imemoriável do dia 29 de abril de 2015. Nessa data, cerca de vinte mil professores da rede estadual e funcionários públicos protestavam contra mudanças na previdência estatal em frente a ALEP, onde estava sendo votada. A tropa de choque esteve presente todo o tempo e logo foi acionada para dispersar os manifestantes, resultando em mais de duzentas pessoas feridas e treze foram presas pela PM, que avançou nos manifestantes com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha (ASSAD, 2015, s. p.).

O governador chegou a afirmar que os jovens que ocupavam as escolas “não sabiam pelo que estavam protestando” e ainda estavam sendo manipulados por movimentos sindicais “numa perfeita doutrinação”, debochando do movimento. Com o rápido crescimento das ocupações ao longo dos dias e na tentativa de apaziguá-los, Beto Richa cedeu à abrir negociação com representantes da UPES, dizendo que também acredita na necessidade do diálogo antes da implantação da Reforma do Ensino Médio. O governador prometeu que nenhuma disciplina seria extinta se houvesse a aprovação da reforma. A UPES afirmou que, na verdade, não responde sozinha por todas as ocupações, mas são os estudantes organizados de cada escola que devem ser consultados, e a decisão do movimento aceitar desocupar ou não seria definida em assembleias estudantis municipais (ALESSI, 2016, s. p.).

Até o Ministério Público estadual se manifestou, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, reconhecendo de acordo com artigo 205 da Constituição Federal de 1988

o direito à livre manifestação de pensamento, de associação e mesmo o protesto pacífico diante de posturas tidas como arbitrárias por parte das autoridades constituídas é inerente a todo cidadão, nada impedindo que seja exercitado por meio da ocupação de um espaço público que tem como missão institucional o preparo para o exercício da cidadania (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2016, s. p.).

Apesar da rápida ascensão das ocupações (no final de outubro já haviam cerca de 800), Rossi (2016b, s. p.) relata que houve ao mesmo tempo ações coordenadas com o objetivo de convencer a sociedade sobre a ilegalidade das ocupações, na tentativa de motivar uma rejeição pelo movimento. O Movimento Brasil Livre¹⁵ (MBL) e o mais recente movimento “Desocupa Paraná” estiveram presentes em pequenos grupos, junto com outros pais, professores e alunos contrários às ocupações, de frente aos portões de inúmeras escolas para pedir o fim delas. Mostrando a polarização nesse contexto político, há vídeos de brigas entre cidadãos pró e contra ocupações que circularam pelas redes sociais.

Flach e Schlesener (2017, p. 179-180) mostram como o governo, em um dos processos de reintegração de posse das escolas ocupadas em Ponta Grossa (PR), exerceu seu papel de coerção. O documento pontua que a manifestação da liberdade de expressão não justifica as ocupações, impedindo que as aulas sejam regulamentadas (desconsiderando o fato que havia, quase no mesmo período das ocupações, greve da categoria docente), que os alunos estavam sendo “prejudicados por atitudes de alguns que sequer tem uma pauta séria de reivindicações” e ainda diz que os ocupantes que praticaram “tumulto” e “algazarras” devem ser impedidos.

A grande quantidade de ocupações foi capaz de alterar o funcionamento das eleições municipais, que esteve marcada para o dia 30 de outubro. O Tribunal Regional Eleitoral teve que mudar 205 locais de votação que receberiam até 700 mil eleitores, por conta das escolas ocupadas. O movimento também fez que a data do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) fosse adiada para quase 200 mil alunos, que estavam inscritos para realizar o exame nas mais de 300 escolas que permaneceram ocupadas, em 19 estados além do Distrito Federal (ROSSI, 2016c, s. p.).

Um caso trágico ocorreu no dia 25 de outubro, no Colégio Estadual Santa Felicidade, em Curitiba. Um estudante de 16 anos foi assassinado a facadas por um colega dentro da ocupação, que afirmou ter usado uma droga sintética no local e houve uma briga entre eles, acabando em fatalidade. Os estudantes desocuparam o colégio depois do evento, onze dias depois de entrarem. Logo após o incidente, o

¹⁵ Organização não governamental, criada em 2014, pautada no discurso liberalista econômico e anticorrupção. Ganhou projeção ao defender e organizar manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Apesar de se dizer um movimento apartidário, tem proximidades com o PSDB e o PMDB. Nas últimas eleições municipais do país, chegou a eleger a vereador alguns de seus membros.

governador do Paraná emitiu uma nota pedindo para que os estudantes desocupassem todas as escolas do estado. Um dia depois, a UPES chamou a Assembleia Estadual das Escolas Ocupadas em Curitiba, no Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes, para definir os rumos das ocupações do Paraná e preparar para um eventual diálogo com o governo do estado (ROSSI, 2016d, s. p.).

De acordo com o comunicado do movimento Ocupa Paraná, escrito durante a Assembleia Estadual, foram levantadas cinco propostas gerais de caráter urgente que serviriam para nortear as ocupações, sendo elas: (1) “Criação de um decreto que garanta a promessa do governo do estado que disse que irá vetar a aplicação da MP 746/2016 no Estado do Paraná”; (2) “Garantia de anistia para que não existam perseguições, demissões, ameaças aos estudantes, professores, pais e simpatizantes que ocupam e apoiam as escolas ocupadas”; (3) “Garantia da realização de uma Conferência Estadual Livre e Aberta pela Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná, para debatermos com toda a sociedade sobre a precarização do ensino e as condições das escolas públicas no Paraná, visto que, se não aceitamos a proposta de Temer, também não queremos que o governador decida sozinho sobre a reforma que queremos aqui no estado”; (4) “Exigir que o governo federal, na instância do MEC e com a ajuda do governo estadual e municipal de cada cidade, realoque os locais de prova do ENEM, assim como a UFPR fez com o vestibular e o TRE fez com as eleições”; (5) “Prazo de sete dias para o Governo do estado atender todas as nossas exigências a partir da data da divulgação do documento completo” (VALERY, 2016, s. p.).

Ainda foi importante salientar aos secundaristas, durante a assembleia, que não houve orientação geral para a desocupação das escolas, mas cabe tomar essa decisão os estudantes de cada escola ocupada.

No Colégio Estadual do Paraná, a maior escola pública do estado (considerado também como uma das principais ocupações), diante do pedido de reintegração de posse desse e outros 24 colégios da capital, os estudantes decidiram por assembleia resistir e manter o colégio ocupado. Para os secundaristas, ceder à ocupação significava desarmar o MES, justificando a decisão coletiva dos estudantes. Mas em um acordo entre a Procuradoria Geral e os estudantes, ficou firmado que as 24 escolas seriam desocupadas até o dia 31 de outubro, exceto o Colégio Estadual do Paraná, o que foi cumprido por parte dos secundaristas (ROSSI, 2016e, s. p.). Alguns estudantes criticaram que esse acordo foi feito unilateralmente pela UPES e

que não foram consultadas a decisão das demais escolas sobre a eventual desocupação.

Caso não ocorresse as desocupações prometidas, o procurador geral do estado garantiu pedir reintegração de posse (o que também foi feito por parte do governo) e tomar outras medidas legais (como multa de R\$1 mil por dia de descumprimento da ordem judicial), com responsabilização judicial dos líderes do movimento e até dos pais dos estudantes. Como reação aos pedidos de reintegração, os estudantes de Curitiba ocuparam o Núcleo Regional de Educação no dia 31, que logo teve o pedido de reintegração concedido no dia seguinte. A PM cercou o local, o prédio teve água e luz cortadas e foi impedida a entrada de outros manifestantes, água e alimentos. O Colégio Estadual do Paraná foi desocupado no dia 7 de novembro, prazo da reintegração de posse, de maneira pacífica e sem registrar danos ao patrimônio.

Esses foram os principais motivos que levaram às desocupações do Paraná (além do encerramento da greve docente no dia 31 que fez pressão para estudantes entregassem logo as escolas para repor as aulas perdidas), pois o caso de certa forma desmoralizou o MES paranaense, porém não o desmobilizou. Não que a culpa da morte do estudante seja do movimento, mas a mídia foi capaz de usar o homicídio, ocorrido na briga dentro da ocupação em Curitiba, como munição para reforçar a imagem dos ocupantes serem jovens irresponsáveis e inconsequentes, além de acusar da prática frequente de uso de drogas dentro das ocupações, embora tenha sido um caso isolado. Alguns estudantes contaram que desocuparam suas escolas porque ficaram com medo da repressão de grupos antiocupação. No começo do mês novembro, Rossi (2016f, s. p.) relata que o número de escolas ocupadas caiu rapidamente, porém cresceu em outros estados, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Apesar de toda potência, visibilidade e resistência da mobilização nacional estudantil relatadas nessas experiências citadas, que expressaram o descontentamento e anseio dos jovens para um diálogo mais amplo com os governantes sobre as medidas em destaque, houve resultados positivos e negativos. Pode-se ver que o MES paulista, por exemplo, conseguiu suspender a reorganização escola em 2015, mas o MES nacional que se aliou contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio não conseguiu convencer os políticos a barrá-las, sendo aprovadas posteriormente em dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente.

4 TERRITORIALIDADES NAS OCUPAÇÕES DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DE LONDRINA EM 2016

Como foi visto, o capítulo anterior apresentou os rumos do MES de alguns estados que se destacaram no movimento de ocupações do país em uma ordem cronológica, que veio crescendo desde o final de 2015, até chegar com grande peso no Paraná em outubro de 2016, onde Londrina foi um dos municípios paranaenses cujas ocupações escolares estiveram presentes. Uma breve contextualização torna-se necessária para descrever alguns aspectos, ações e condições do MES londrinense que se destacaram no decorrer das ocupações registradas no município, para que possa ser feita posteriormente uma análise das territorialidades manifestadas nesses lugares, mais especificamente no Colégio Estadual Albino Feijó Sanches e no Colégio de Aplicação.

4. 1 PANORAMA DAS OCUPAÇÕES EM LONDRINA

Articulada com a mobilização estudantil que andava se desenvolvendo em todo país, Londrina teve pelo menos três grandes protestos de ruas contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 55, organizados por movimentos sociais, sindicais e estudantis. Duas delas ocorreram antes das primeiras ocupações, e contaram com ampla participação de secundaristas, que iriam fortalecer a articulação estadual e nacional do MES. Geraldini (2016, s. p.) e Circhia (2016, s. p.) relatam que o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches foi o primeiro colégio de Londrina a ser ocupado, no dia 7 de outubro de 2016, localizado na região Sul. A ocupação durou 7 dias, passou por uma primeira tentativa de reintegração, negada por um juiz que não viu necessidade em acatar o pedido, visto que a ocupação era pacífica, controlada por jovens menores de idade e não havia danos ao patrimônio. Um novo pedido foi feito alguns dias depois, levando a uma desocupação pacífica no dia 14, sem sinais de depredação. Essa primeira experiência influenciou o surgimento de outras ocupações pela cidade, que já contava com quase 20 na data citada.

Enquanto ocupavam, os secundaristas do Albino Feijó criaram uma página no Facebook chamada “Ocupa Londrina” (depois foi renomeada para “Resiste Londrina”), que serviu como um dos canais de divulgação de informações, relatos, fotos, vídeos e eventos relacionados as ocupações escolares de Londrina em geral.

Em uma das primeiras postagens, eles esclarecem e demonstram muito bem seu conhecimento sobre as pautas nacionais que estavam em discussão, tecem críticas à falta de discussão e debate da PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio antes de sua “imposição”, além de seus impactos para os estudantes e trabalhadores que dependem de serviços públicos. Eles citam algumas consequências e problemas dessas propostas como: falta de estrutura adequada compatível para o aumento da jornada escolar em escolas integrais; aumento da evasão escolar de alunos trabalhadores; e prejuízos nos investimentos para a educação.

Em Londrina, segundo relato dos estudantes (REDAÇÃO BONDE, 2016, s. p.), houve 30 escolas ocupadas no total, tanto na zona urbana quanto na zona rural, sendo eles: Adélia Dionísia Barbosa, Barão do Rio Branco, Benjamin Constant, Célia M. Oliveira, Cléia Godoy, Dario Velozo, Guaravera, Érico Veríssimo, Hugo Simas, Lucia Barros Lisboa, Marcelino Champagnat, Margarida Barros, Maria Aguilera, Moraes de Barros, Newton Guimarães, Nilo Peçanha, Nossa Senhora de Lourdes, Olympia Tormenta, Padre José de Anchieta, Altair Aparecido Carneiro, Polivalente, Vani Ruiz, Roseli Piotto, Ubedulha, Vicente Rijo, Willie Davids, Wistremundo, Maria do Rosário Castaldi, Colégio de Aplicação da UEL e Instituto de Educação Estadual de Londrina (IEEL)¹⁶.

As escolas ocupadas de Londrina exibiram padrões similares as demais do município e do estado: contou com participação quase que exclusiva de secundaristas; apoio da comunidade escolar e de outros movimentos; horizontalidade; formação de comissões (segurança, comunicação, limpeza, alimentação, atividades/cultural, entre outras) para a organização espacial das ocupações e de atividades; uso de redes sociais como um dos principais meios de comunicação; tomada de decisões por assembleias diárias com a participação de todos os secundaristas; união e cooperação entre as escolas ocupadas. Assim como em outros estados, também houve a presença de grupos contrários que entraram em conflitos diversas vezes com os ocupantes e seus apoiadores, mas foram raras as ocorrências de violência praticadas pela PM.

¹⁶ Desses 30 colégios listados pelos estudantes, 2 deles, os colégios Guaravera e Paiquerê estão localizados no perímetro rural de Londrina, mais especificamente no distrito de Guaravera e Paiquerê. Suas localizações não foram incluídas no mapa produzido dos colégios ocupados em Londrina (figura 3) pois esse abrange apenas a área dentro do limite do perímetro urbano.

Segundo Junges e Pagani (2013, s. p.), o movimento estudantil londrinense não elegeu líderes, no máximo representantes que falavam em nome dos colegas, com um “discurso afinado em torno de causas comuns”, ou seja, em torno das demandas do movimento. Quando não houvesse um representante para falar em nome de todos, os estudantes transmitiram suas mensagens por jogral, onde uma pessoa pronuncia um texto por trechos, repetido logo em seguida pelo coletivo, muitas vezes utilizada nas manifestações.

Com o aumento de pedidos de reintegração de posse, solicitadas ao longo do mês de outubro, os secundaristas londrinenses reconheceram a necessidade de unificar as escolas ocupadas para resistir o máximo possível¹⁷. As reuniões foram convocadas pela página do Facebook “Resiste Londrina”, para discutir os seguintes assuntos: como reagir diante das eventuais desocupações; organização de manifestações fora das escolas, em espaços públicos diferentes; como reagir às ofensivas dos grupos conservadores; necessidade da melhoria de comunicação com a comunidade (panfletos informativos, manifestações informativas, redes sociais, produção de vídeos em conjunto, etc.); e a abertura ou não dos colégios para o ENEM.

Destacamos que a proposta de realizar protestos fora das escolas foi acatada. Similar aos “trancaços” feitos pelos secundaristas paulistas, os secundaristas de Londrina também adotaram essa tática de bloquear as principais avenidas e cruzamentos da cidade com o próprio corpo ou estendendo faixas com frases de protesto. Esse momento é aproveitado para transmitir uma mensagem dos estudantes para a população que está nas ruas, geralmente feita por jogral, mencionando o porquê das ocupações e sobre a importância delas na defesa pela educação pública segundo seus ideais e princípios.

Essas manifestações serviram para atrair maior atenção da sociedade e buscar apoio para a mobilização que estava em andamento, pois alguns avaliaram que permanecer nas escolas, sem fazer um contato efetivo com a comunidade, não era muito eficaz. O apoio de partidos, sindicatos, comunidades de bairro, movimentos sociais, professores da rede estadual, docentes e discentes universitários, secundaristas de São Paulo (alguns vieram pessoalmente trocar experiências das ocupações passadas), alguns vereadores, advogados, Conselho Tutelar e defensores

¹⁷ Foram elaborados panfletos e distribuídos nas ocupações que ainda estavam sob domínio dos estudantes para “organizar reuniões com as escolas ocupadas afim de articular a luta e pensar numa resposta coletiva” e também para planejar “a estratégias para os próximos passos da luta” (anexo B).

públicos foram alguns dos membros da sociedade civil que contribuíram ou apoiaram de alguma forma com as ocupações.

Com intuito de pedir apoio do movimento aos vereadores londrinenses, estudantes de oito colégios, acompanhados de pais e professores, participaram de uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Londrina no dia 18 de outubro. Apenas três representantes fizeram falas reforçando a razão da mobilização que se deu tanto no Paraná como em outros estados. Houve uma outra audiência pública da Câmara no dia 21, com o objetivo de esclarecer as reivindicações que motivaram as ocupações nas escolas da cidade. As audiências públicas são abertas à participação de toda população e visam a discussão ampla de opiniões.

Durante a segunda audiência citada, a discussão entre pessoas contra ou a favor das ocupações não foi amplamente debatida pois não houve a presença de pais ou estudantes contrários, exceto de algumas autoridades presentes na Câmara. Em um vídeo gravado pelo Jornalismo Periférico, um secundarista justifica que foi organizada previamente uma comissão especial para divulgar a audiência, principalmente pelas redes sociais, convidando pessoas contrárias às ocupações para que participassem do debate para expor suas opiniões, porém não compareceram. Ele também afirma que sempre foram convidados pais e estudantes contrários a conhecer as ocupações pessoalmente nas escolas ou pelas redes sociais para tirar suas próprias conclusões quando os acusam de haver depredação nelas.

Representantes de diversas ocupações fizeram algumas falas em ambos as datas que revelam o quanto a mobilização conjunta foi importante para a unificação entre os colégios públicos londrinenses:

Sabe, onde que vocês viram colégios de todas as regiões de Londrina num clima de confraternização, de amor, juntos, unidos, tudo pelo mesmo motivo? Sabe, o respeito tá sendo o que nos uniu aqui. A gente tem uma mesma causa! Isso nunca aconteceu. Eu conheci e eu fiz amizades com pessoas maravilhosas, pessoas que eu nem sabia que existiam. A gente vê gente que apoia, gente que não apoia, mas acima de tudo, a gente tá construindo a escola que a gente quer, uma escola que a gente não tem só acesso a matemática, português, e... tudo básico [...] não só a região norte, a região central, a região sul, a leste, a oeste, os distritos de Londrina, todos estão unidos (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2016 apud JUNGES; PAGANI, 2016).

Os estudantes puderam transmitir as condições e os novos significados da escola ocupada para os ouvintes, como um espaço de organização horizontal, reflexão coletiva e sobretudo formação, através das atividades recreativas, culturais e educativas:

A gente tem acesso a tudo o que realmente precisa: a gente tem comida, a gente tem limpeza, nós limpamos o nosso colégio! Sabe, a gente tem aula de karatê, a gente tem aula de dança do ventre, tudo o que você imaginar! Tudo o que um aluno sempre quis ter no colégio nós temos. A gente tá realmente construindo uma democracia, e um colégio como a gente sempre sonhou (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2016 apud JUNGES; PAGANI, 2016).

Eles ainda aproveitaram as falas para rebater algumas das acusações voltadas aos estudantes ocupantes, chamados de “desinformados” e “manipulados”. Pelo contrário, os secundaristas sabiam muito bem pelo que estavam lutando e dão crédito ao acesso de informações rápidas que se tem na internet e redes sociais:

Nossa juventude nunca teve tanta informação rolando entre a gente. Não é novidade que nós sejamos uma juventude mais... politizada, devido às redes sociais mesmo. Então, tipo assim... todo mundo estava esperando algo acontecer, só que nós, secundaristas... olha bem, secundaristas! Adolescentes de 15, 16, 17 anos, tomamos a frente de um movimento tão grande, pruma reforma que é a nível federal [...] por que nós? Porque nós lemos, nós debatemos, nós pensamos, e é isso que nós queremos continuar fazendo: nós queremos uma escola que nos ensine a pensar; a gente não quer ser doutrinado (CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2016 apud JUNGES; PAGANI, 2016).

A última escola a ser desocupada foi o Colégio de Aplicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), localizado no Centro histórico da cidade, sua ocupação teve início no dia 10 de outubro e reintegrado quase um mês depois, no dia 3 de novembro. A reintegração de posse foi feita pela administração da UEL, seguido pelo parecer do diretor da escola. Ele não achou necessário realizar a vistoria do local ou a “aplicação de medidas restritivas ou punitivas”, pois havia acompanhado a ocupação nos dias anteriores.

Uma confusão causada por um grupo contrário nesse colégio foi registrada pelos estudantes na página Resiste Londrina no dia 21 de outubro:

ATENÇÃO: REFORCEM A SEGURANÇA NAS PORTARIAS:

Na tarde de hoje, o Colégio Aplicação da UEL que se encontra em estado de ocupação, foi vítima da invasão de membros do grupo MBL, que sem base legislativa e autorização de imagem dos alunos -que em sua maioria são menores de idade, logo CRIME-, insistiram em entrevistarnos sem o devido consentimento, tornando a situação já alarmante, ainda mais difícil para todos envolvidos.

Que nossa fatalidade sirva de exemplo para que os demais colégios se organizem de maneira prudente para que saibam lidar de maneira adequada diante de eventos como este.

- Nota de alunos do Colégio Aplicação (RESISTE LONDRINA, 2016).

No dia seguinte da última desocupação (4 de novembro), dezenas de estudantes de diferentes colégios se uniram para ocupar o saguão do prédio da

Câmara Municipal de Londrina, insistindo nessa tática do movimento estudantil, mas aplicando-a em outros espaços. Eles também buscaram apoio e mediação dos vereadores com os deputados estaduais e federais para que se manifestassem contra as duas medidas. Em um vídeo divulgado na internet, os estudantes declararam repúdio “às novas propostas que o governo municipal, estadual e federal estão tentando impor sem questionar, perguntar a ninguém da população. São elas: PEC 55, MP 746 e a proposta boçal do [projeto de lei] ‘Escola sem Partido’”.

Um acordo foi feito com o presidente da Câmara, Fábio Testa, que deixou que os secundaristas ocupassem o local até a segunda-feira, mas eles afirmaram que continuariam ocupados na segunda, mas permitindo a entrada de servidores e vereadores para o trabalho. Chegado o dia, a Justiça concedeu uma liminar que obrigou os estudantes a desocupar a Câmara (DIAS, 2016a; 2016b, s. p.). Esse foi o último caso registrado do movimento em Londrina, que ainda se parece estagnado após as desocupações.

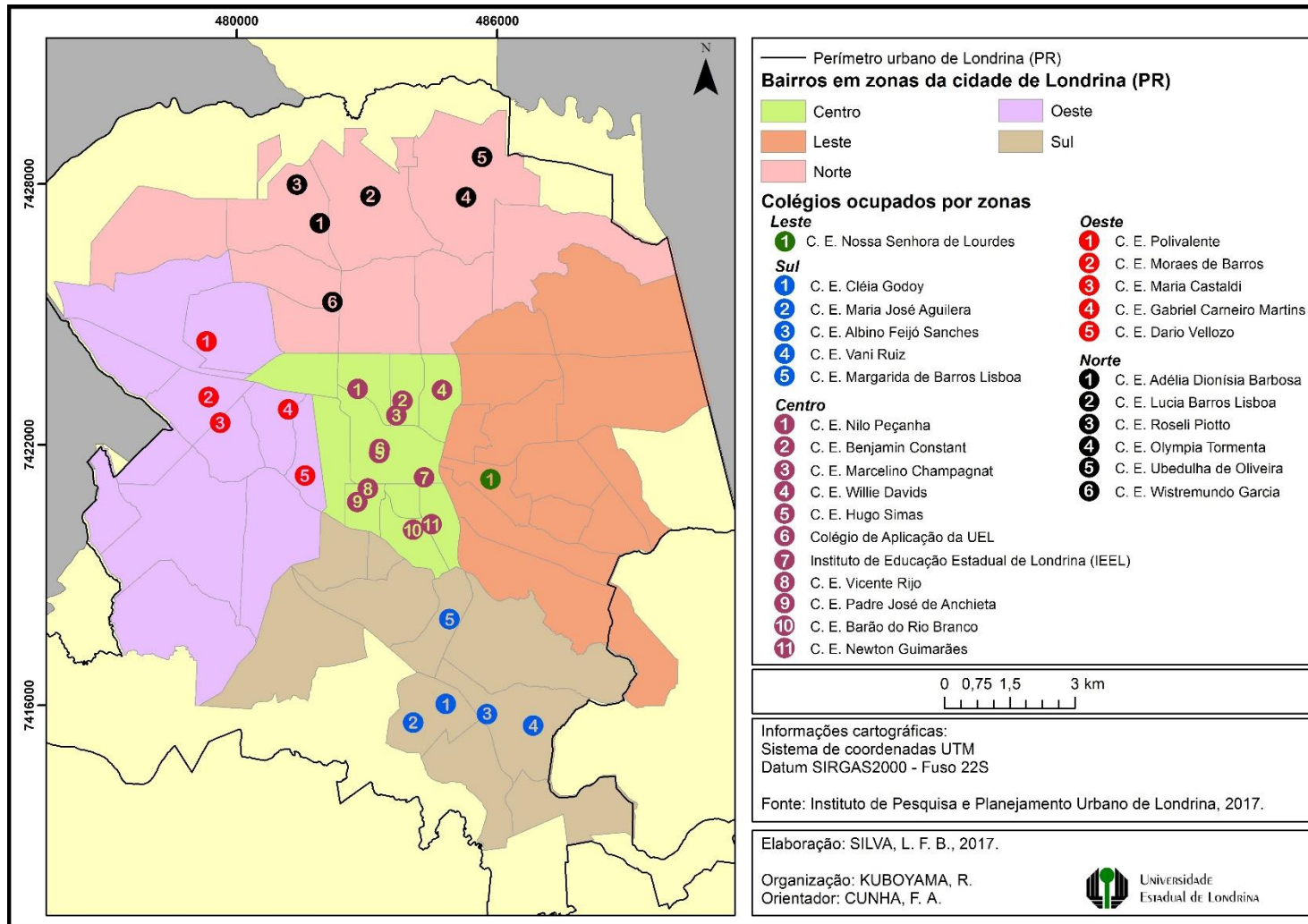
4. 2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Após relatar como se deram as ocupações escolares em Londrina, será resgatado a discussão sobre o intuito dessa pesquisa. Com base na discussão teórica feita no primeiro capítulo (relacionando os conceitos de território, territorialidade e ocupações escolares) e trazendo um relato sucinto do andamento dessa mobilização nacional no segundo, será discutido neste terceiro capítulo os resultados da investigação das territorialidades de algumas ocupações escolares de Londrina, eclodidas no ano de 2016. Partindo do pressuposto que as ocupações podem ser interpretadas como territórios dissidentes no espaço urbano, foram feitas análises espaciais desses lugares, tentando responder a pergunta central: “quais elementos criados pelos estudantes fazem da escola ocupada um território e como isso se reflete no espaço?”.

É necessário apresentar de antemão os procedimentos metodológicos adotados pela presente pesquisa, antes de partir para a discussão dos resultados. Um deles foi a identificação de todos os colégios ocupados no perímetro urbano de Londrina, com base na lista mencionada no começo do capítulo, obtendo coordenadas geográficas dessas unidades e realizando um mapeamento. Esse mapa (figura 3) é útil para uma análise da distribuição espacial das ocupações, onde pode-

se observar que a maioria delas se concentra na zona Central, seguida da zona Norte do município.

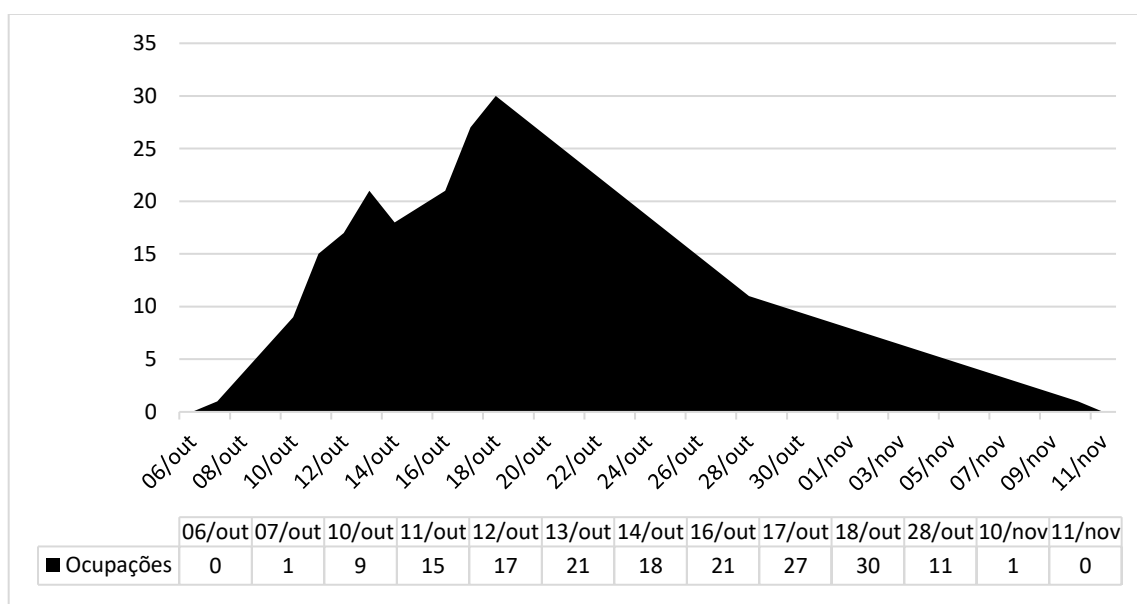
Figura 4 – Colégios ocupados no perímetro urbano de Londrina em 2016



Fonte: Levantamento de campo pelo autor

Um levantamento da quantidade de escolas ocupadas em Londrina (figura 4) foi feito a partir da primeira ocupação, no dia 7 de outubro, até a ocorrência da última desocupação, feita no dia 10 de novembro. As principais fontes disponíveis para esse tipo de levantamento foram através das postagens da página do Facebook “Resiste Londrina” e o jornal Folha de Londrina, que atualizavam periodicamente quantas e quais escolas permaneciam ocupadas ao longo do mês de outubro e novembro. As atualizações da lista dessas fontes não eram diárias, então houve alguns desfalques em certos períodos, como entre 18 a 28 de outubro e do final de outubro até o dia 9 de novembro.

Figura 5 – Número de colégios ocupados em Londrina no ano de 2016



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Com o objetivo de analisar as territorialidades de 2 colégios ocupados em Londrina entre o total de 30, é importante destacar a dificuldade e complexidade em definir critérios para seleção de quais colégios seriam investigados. Januário et al. também se depararam com esse mesmo problema, ao dizer que

se fosse possível colocar em palavras, cada ocupação representaria um microuniverso particular, com circunstâncias tão singulares que, num primeiro momento, seria possível dizer cada ocupação é completamente diferente da outra. E, no entanto, ocorreram várias experiências similares (JANUÁRIO et al., 2016, p. 17).

Os colégios escolhidos foram o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, localizado na região Sul de Londrina; e o Colégio de Aplicação da UEL, localizado na região Central de Londrina. As justificativas para a seleção desses

foram, primeiramente, em razão do Colégio Albino Feijó ter sido o primeiro de Londrina a ser ocupado, que já contribui para uma contextualização inicial. Em segundo lugar, o Colégio de Aplicação da UEL foi o último colégio do município a desocupar, ficou entre uma das ocupações mais prolongadas e sofreu ataques de grupos contrários. Admite-se que seria necessário, para obter resultados mais completos, investigar um maior número de ocupações, em regiões ou bairros mais diversificados.

Foram realizadas entrevistas coletivas com os estudantes que participaram ativamente em suas respectivas ocupações. O roteiro de perguntas buscou conhecer como se deram as ocupações, o desenvolvimento e organização desse processo e seus legados. As entrevistas trouxeram relatos e representações valiosos dos acontecimentos pela memória coletiva dos estudantes que conviveram juntos cotidianamente nas escolas, buscando destacar elementos espaciais desse processo, a fim de sustentar a relação entre os conceitos de ocupação e territorialidades. Também foram reunidas informações obtidas por jornais eletrônicos, blogs e materiais informativos produzidos e publicados pelos secundaristas na internet (principalmente nas redes sociais), para complementar a análise dos resultados.

A opção de definir entrevistas coletivas, ao invés de entrevistas individuais, se justificou pelo caráter coletivista que a ocupação naturalmente trouxe. Os estudantes apenas conseguiram organizar a ocupação e mudar suas relações e percepções da escola em comunhão de outros companheiros de ocupação, por isso foi importante trazer a memória coletiva de quem esteve por dentro do processo. Segundo Félix (1998, p. 42-45, *apud* CHICARELLI, 2016, p. 80), a memória

liga-se às lembranças das vivências que se mantêm no presente devido a laços afetivos que indicam pertencimento. Portanto, é a dimensão do pertencimento social e dos laços afetivos que mantém a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social.

As perguntas das entrevistas foram semi-abertas, simples e diretas na medida do possível (apêndice A). O local de entrevista foi pensado no espaço cotidiano em que os participantes estão inseridos. As entrevistas foram realizadas em dois momentos: a primeira contou com 7 estudantes do Colégio Estadual Albino Feijó, feita na biblioteca do colégio; a segunda contou com 4 estudantes do Colégio de Aplicação, feita no espaço do Diretório Central dos Estudantes da UEL, localizado ao lado do colégio em questão. Antes de começar a direcionar as perguntas, uma conversa informal foi importante visando uma melhor aproximação, na qual foi explicado quais são os objetivos da pesquisa, o motivo da escolha desse tema e como

ele pode ser relacionado com a Geografia. Por razões de segurança, os entrevistados não quiseram divulgar seus nomes para preservar a identidade, então foi feita uma identificação anônima (Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C, assim por diante).

4.3 OCUPAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL ALBINO FEIJÓ SANCHES

Como mencionado antes, o Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, localizado na região Sul de Londrina, foi o primeiro colégio a ser ocupado, no dia 7 de outubro de 2016 e terminaria uma semana depois, no dia 14, depois de um pedido de reintegração de posse (figura 5). Nesse colégio havia um grêmio estudantil ativo no período anterior a ocupação, além da inserção representativa da UPES como entidade que formava o grêmio.

Figura 6 – Entrada do Colégio Estadual Albino Feijó no período de ocupação em 2016



Fonte: Resiste Londrina

Quase todos os secundaristas entrevistados, exceto um, ainda estudavam no mesmo colégio, no segundo, terceiro ano do ensino médio ou no ensino médio-técnico. A primeira pergunta foi para investigar como surgiu a ideia de ocupar o colégio, considerada a primeira “experiência” em Londrina. Dois estudantes descreveram como foi o processo desde o planejamento até a ocupação:

Entrevistado A: Então, eu tava organizando aqui em Londrina uma manifestação secundarista, essa manifestação é contra a PEC 55, que era a antiga 241 e a reforma do Ensino Médio que é a 746. Nisso tava vários estudantes de várias escolas, várias lideranças também, e aconteceu a manifestação, ótimo, perfeito, e tinha um pessoal do Albino que tava lá em peso nesse manifesto, daí [...] nessa manifestação eu tava sentado com algumas pessoas do Albino, que era a [cita nomes de colegas] e ela veio me questionar "por que a gente não ocupa o colégio?". Daí eu pô, verdade, fiquei

analisando sabe? Mas não pensei que seria um processo tão rápido assim, sabe? Ela só chegou e falou "Não, vamos ocupar, vamos ocupar, vamos ocupar", na minha cabeça ficou uma pressão assim, daí depois de dois dias decidimos ocupar, mas aí a gente fez uma reunião.

Entrevistado B: Daí num dia, foi numa quinta-feira, nós fizemos uma reunião aqui a tarde no colégio, com o pessoal já programando pra ter uma ideia como seria a organização tudo e tal, ficou separado por equipes e daí já na sexta-feira nós já ocupamos o colégio, foi de uma hora pra outra assim.

Londrina já estava acalorada de manifestações contra a PEC 55 e a Reforma no Ensino Médio, assim como em outras cidades do país. A ocupação do colégio seria mais um reforço na luta nacional contra essas medidas. Porém, existiu a primeira dificuldade imediata: se os estudantes iriam inevitavelmente decidir por ocupar um colégio, como seria feita essa ação? Nesse caso, a organização prévia, ao mesmo tempo curta, foi essencial para que houvesse sucesso. As equipes ou comissões mencionadas referem-se aos grupos que trabalharam especificamente em alguma atividade da ocupação, dividida entre: segurança, limpeza, cozinha, cultura e comunicação.

No dia anterior da ocupação de fato, quinta-feira, os secundaristas do Albino Feijó contaram que fizeram uma reunião dedicada ao planejamento da tática. Nesse encontro, foram convidados secundaristas de outros colégios da cidade. Isso demonstrou que havia interesse de outros estudantes em aderir eventualmente às ocupações, em conjunto com o Albino Feijó, pois uma única ocupação em Londrina não sustentaria a estratégia nacional de pressionar a revogação da PEC 55 e Reforma do Ensino Médio. Segundo os entrevistados, a diretoria foi contrária à ocupação no primeiro momento, justamente por serem os primeiros de Londrina e “não possuírem autonomia para isso”. Para dificultar esse processo, ela ficou em posse das chaves da escola, privando-os do próprio espaço escolar.

Chegado o dia combinado de ocupar, as aulas foram liberadas mais cedo pela direção, sem explicações. Em pouco tempo, os secundaristas tiveram que dar conta de informar o máximo de estudantes possíveis em todas as salas sobre a possível ocupação que ocorreria naquele momento, convocando um encontro no pátio do colégio. Os estudantes se aglomeraram para se informar sobre essa ideia. Os gritos contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio anunciaram a assembleia para decidir se haveria a primeira ocupação de uma escola em Londrina ou não. Todos foram levados à quadra do colégio e realizaram uma assembleia rapidamente, onde foi aprovada a ocupação por unanimidade.

Logo após a decisão da assembleia, alguns professores foram prestar apoio ao movimento, que estava apenas começando naquele local:

Entrevistado B: Acho que foi um dos momentos mais importantes, a gente chorava e os professores falavam assim que a gente tava fazendo algo importante, pra gente tomar cuidado porque no começo a gente não tinha noção que ia ser tão grande, e daí quando eles chegaram e falaram assim, “ó, toma cuidado”, pelo menos pra mim eu fui falando “meu deus, onde é que eu to me metendo? [risadas] eu vou morrer”, só pode né. E daí foi muito bonito, alguns professores apoiando, outros nem tanto.

Os estudantes haviam pré-estabelecido, na reunião de quinta-feira, um modo de organização da ocupação por comissões¹⁸, responsáveis por desenvolver o trabalho das atividades. Diferente de outras escolas ocupadas, as comissões do Albino Feijó possuíam um líder responsável por gerenciar o pessoal de cada uma delas. A partir dessa observação, pode-se afirmar que a horizontalidade fica um pouco menos destacada nesse colégio em relação aos outros, mas não diminui o caráter autônomo da ocupação.

Assim que foi consolidado essa primeira ocupação, os estudantes depararam com a segunda dificuldade imediata: qual era o próximo passo a ser feito depois de ocupar? Foi necessário buscar informar a comunidade escolar sobre esse acontecimento, especialmente os pais de alunos. Logo que souberam, a mídia se mobilizou rapidamente para cobrir a notícia da primeira e inédita ocupação escolar londrinense naquele local. Em algumas ocasiões, os estudantes respondiam perguntas para jornalistas para explicar para a população o porquê do movimento ter decidido ocupar a sua escola, quais eram suas demandas e necessidades.

Em um vídeo produzido pelo projeto Jornalismo Periférico, os jovens explicam por que são contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. Eles afirmam que os estudantes estão criando maior senso crítico, acompanhando mais a política e nega que há uma doutrinação por trás da ocupação, eles apenas estão mais “atentos no que está acontecendo”. Uma fala do vídeo destaca como a escola se tornou um

¹⁸ A comissão de segurança era responsável por ficar ininterruptamente no portão de entrada do colégio, controlando o acesso de quem era permitido ou proibido de entrar. À noite, além de permanecer no portão, fazia vigílias em pequenos grupos pelo lado de fora, caso alguém externo a ocupação tentasse atacar ou invadir a escola. A comissão de limpeza ficava encarregada de manter limpo e em ordem os espaços que utilizavam, como a cozinha improvisada, banheiros, pátio, salas de aula (dormitórios), etc. A comissão da cozinha separava os mantimentos que recebiam de doações e preparavam as refeições (geralmente quatro por dia) de acordo com o que tinham de disponível. A comissão de cultura planejava e organizava o cronograma de atividades “doadas” por apoiadores que tinham interesse em acrescentar com os secundaristas. Por último, cabia a comissão de comunicação em disseminar informações sobre a dinâmica da ocupação e seus objetivos para a mídia, além de criar seus próprios canais de comunicação, que daí surgiu a página do Facebook “Resiste Londrina” (antiga “Ocupa Londrina”).

espaço de discussão e reivindicação política, transformando os pensamentos dos alunos:

hoje a escola é nossa, acho que sempre a escola é nossa só que a gente nunca parou para perceber “nossa, vamos atrás do que é nosso”. Eu me sinto tipo, orgulhosa de tudo, de tudo que tá acontecendo, os alunos apoiando a gente também, os alunos percebendo, não deixando a política de lado, a vida deles de lado, porque muita gente tá nem ligando, dando graças a deus que não vai estudar [por causa da ocupação], mas eu vi muita gente falando “nossa, vamos fazer isso mesmo”, “eu apoio”, ontem todo mundo se juntou em prol de um propósito só e eu me sinto muito orgulhosa porque a gente sendo o primeiro colégio, para que a gente possa servir de exemplo para os outros para que eles não fiquem acomodados na mesmice de sempre, não fique naquela coisa que eles [os governantes] impõem para as pessoas e elas somente abaixam a cabeça e aceitam o que é imposto (JORNALISMO PERIFÉRICO, 2016).

Na sequência, a fome fez com que os estudantes buscassem doações de alimentos pelo bairro no entorno da escola para preparar as primeiras refeições. A comunidade contribuiu fazendo doações de todos os tipos. Uma padaria vizinha do colégio chegou a emprestar um forno para os estudantes utilizarem, visto que a cozinha da escola permaneceu trancada pela diretoria, assim como a biblioteca. Poucos espaços da escola foram realmente ocupados pelos secundaristas durante a ação da ocupação, já que não havia o acesso de alguns lugares sem as chaves do colégio. Assim, para preparar as refeições, por exemplo, os estudantes montaram uma cozinha improvisada na sala do grêmio com utensílios emprestados ou doados, como fogão, geladeira, panelas, botijão de gás, talheres, pratos, etc. A ocupação recebeu tantas doações de alimentos que foi preciso repassar o excesso para outras ocupações.

Ao longo dos dias, a ocupação foi adquirindo mais experiência e organização do espaço. O zelo pelo espaço foi notável. Um dos exemplos foi o caso do pai de um estudante que consertou os chuveiros do ginásio que estavam quebrados há tempo. A longo prazo, o Colégio Estadual Albino Feijó não apresentou notáveis mudanças de paisagem com o legado da ocupação que se manteve ali por uma semana. Houve apenas mudanças efêmeras, onde inúmeros cartazes e faixas se destacavam nas paredes e entrada da ocupação. Um trecho da entrevista se destaca nesse aspecto quando os estudantes relataram que a escola ocupada estava em ótimas condições:

Entrevistado A: Foi tão organizado, a diretoria não esperava porque o [cita nome do diretor] mesmo, não sei quem tava comigo, ele chorou, ele chorou porque achou que ia ser uma desorganização total, que a gente ia quebrar, vandalizar o colégio e tal, e quando ele chegou aqui era outra realidade, então ele viu e ficou espantado.

Entrevistado C: *Tipo assim, a gente deixou a escola mais limpa, mais organizada do que nos dias normais, porque o banheiro sempre tinha alguém limpando, a cozinha tava sempre limpa, o pátio a gente limpava dia sim e dia não, a gente cuidava da horta, então foi muito bem organizado.*

Entrevistado B: *A questão dos dormitórios a gente fez num corredor inteiro, separando quarto masculino e feminino, e daí lá em cima a gente colocou barraca para as pessoas dormirem, porque tinha que ficar fazendo a vigília, a ronda.*

Alguns estudantes do ensino técnico foram contrários à ocupação pois acreditavam que não receberiam o diploma sem assistir as aulas. Na tentativa de informar os demais estudantes, que não sabiam ao certo o que poderia ocorrer sem as aulas regulares e definir se a escola permaneceria ocupada ou não, os secundaristas organizaram uma assembleia estudantil para os presidentes e vice-presidentes de sala do colégio todo, no dia 10 de outubro. A maioria votou pela continuação da ocupação, por 21 votos contra 7, porém essa decisão ainda não mudou a opinião dos estudantes contrários ao movimento.

Por outro lado, um grande número de pessoas demonstraram apoio, dando algum tipo de contribuição para o movimento situado ali no colégio, seja fazendo doações de mantimentos necessários, como também oferecendo atividades ou oficinas a serem incrementadas no cronograma da ocupação:

Entrevistado B: *E depois, os projetos sociais que teve dentro desse período de uma semana que a gente ficou, vários alunos da UEL, professores vieram se disponibilizar para continuar com a programação, tipo esporte, palestras explicando, advogados vieram aqui conversar com a gente, toda hora tinha alguma palestra, algum programa para que os alunos não ficassem parados, entendeu? Então sempre foi movimento e muita, muita gente se disponibilizou, tanto é que foi até para outra semana, tinha agenda até para outra semana e não deu tempo, tive que ir desmarcando com todo mundo porque teve reintegração.*

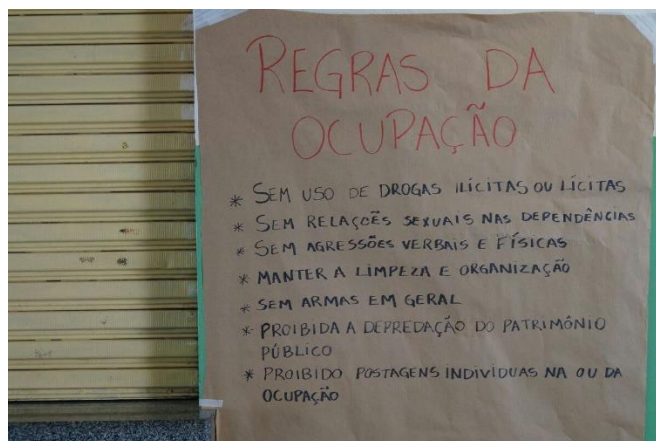
Entrevistado A: *O pessoal da Defensoria Pública ofereceu ajuda, eu nunca pensei que a Defensoria Pública fosse oferecer ajuda, mas eles vieram, ofereceram, disseram que tavam totalmente a favor da gente.*

A rotina de trabalho da ocupação era cansativa: envolvia a preparação das refeições para todos, limpeza da escola, confecção de cartazes, ronda de segurança noturna para defender o território, organização de oficinas¹⁹, criação de material de comunicação, entre outras. As assembleias exigiam participação de todas as pessoas, devido a grande importância que se deu na autogestão da ocupação, onde se discutia “um pouco de tudo”, demonstrando o poder autônomo dos estudantes: regras de convivência, problemas enfrentados no cotidiano da ocupação,

¹⁹ Os estudantes entrevistados exemplificaram algumas das atividades mais memoráveis que foram realizadas constantemente durante a ocupação: oficina de circo, artes visuais, aulões preparatórios para o ENEM, exibição e debate de filmes, dança, etc.

possíveis soluções e definição do cronograma de atividades do dia seguinte. As decisões tomadas nas assembleias deviam ser explicitadas para que todos os estudantes participantes da ocupação tivessem conhecimento, muitas vezes escritas em cartazes espalhados pela ocupação (figura 6), harmonizando a sociabilidade nesse território.

Figura 7 – Cartaz com regras da ocupação do Colégio Estadual Albino Feijó



Fonte: TAL, Fulano de

A ocupação do Albino Feijó recebia secundaristas de outros colégios, que ajudaram com as comissões, ao mesmo tempo que ganhavam a experiência necessária para reproduzir essa tática em suas escolas. O espaço também era aberto a visita de outras pessoas que tinham interesse em conhecer o funcionamento da escola sob o domínio autônomo dos estudantes. Três dias depois, quando surgiram novas ocupações por Londrina, os estudantes do Albino Feijó ajudaram essas trocando experiências de organização (que estavam ainda aprendendo) e dividindo mantimentos para fortalecer e reproduzir a tática, surgindo cada vez mais novas ocupações pela cidade.

A comunidade escolar do entorno do colégio, especialmente os pais dos alunos, naturalmente ficaram preocupados com a segurança dos filhos que permaneciam na ocupação por períodos longos. Alguns pais, depois que iam conhecer a escola ocupada e se esclareciam sobre o propósito do movimento, começaram a apoiar também:

Entrevistado D: Apesar de muita gente não tá apoiando aqui, a gente achou que ia ser esculachado aqui né, mas a gente até se surpreendeu de tanto gente que veio ajudar, os pais mesmos, os meus pais também vieram, viram a organização, deram parabéns.

Entrevistado C: A maioria dos pais falaram assim "eu quero saber o que tá acontecendo" ninguém sabia o que que ia acontecer, ninguém nunca tinha

visto uma ocupação, então os pais começaram a vir, tinha pai que quase todo dia, tinha pai que dormiu aqui, a mãe do [cita nome de colega] dormiu aqui com a gente, ela cozinhava, ela vinha, ajudava a gente, então os pais também se mobilizaram pra ajudar. Tinha assim alguns que não concordavam, que não tavam muito afim de participar disso.

A ocorrência de conflitos entre os estudantes que ocupavam e “pessoas de fora” foi uma questão de tempo. Os entrevistados contaram que a PM nunca chegou no local a intimidar, ameaçar ou até mesmo agredir qualquer um, diferente de outros casos como em São Paulo ou Goiás, por exemplo, onde a violência foi sistematicamente empregada para acabar com as ocupações. Alguns professores contrários foram à escola ocupada reclamar que a ocupação seria prejudicial para os trabalhadores, visto que essa tática, com algumas exceções²⁰, interrompe o trabalho e atividades regulares programadas da escola. Houve um caso de uma professora que tentou entrar na escola pulando o muro e acabou agredindo uma estudante. A ocupação foi alvo de ameaças e ataques, especialmente à noite, quando pessoas arremessavam pedras ou pulavam o muro. Vivendo esses dias sob constante risco, eles mesmos tiveram que lidar com essas situações, fazendo vigílias a madrugada inteira. Uma regra dizia que se fosse necessário algum jovem sair da escola, esse iria sempre acompanhado por mais pessoas, para tentar se proteger de qualquer situação de perigo.

Quando perguntado sobre a avaliação deles sobre as perspectivas e resultados que todo o processo envolvido na ocupação trouxeram, as respostas demonstraram que a convivência entre os ocupantes criaram um sentimento forte de união entre os estudantes. Também demonstraram que juventude tem grande poder de voz para opinar e transformar espaços de ensino e educação em espaços políticos:

Entrevistado A: A gente não fez isso em vão, isso querendo ou não, no momento, não deu em nada. Querendo ou não é muito difícil querer mudar alguma coisa no cenário político, não parte da gente, parte dos nossos representantes, querendo ou não a base política hoje não representa nem um pouco os estudantes, para mim eu não sinto representado. Eu creio também que muitos estudantes daqui do Albino não sentem representados também, principalmente pelo [Michel] Temer, pelo Beto Richa, pelos deputados e senadores... não tem nada a somar sabe? Eles viram que a gente tava em prol de uma coisa boa, só que querendo ou não foi uma opinião muito elitista na minha opinião. Para mim eles tem uma visão de privatização de ensino, das escolas públicas, então eles não deram nada a somar, porém a gente tava lutando contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio e hoje a Escola Sem Partido foi barrada há uma semana atrás, para mim foi os indícios da

²⁰ Uma das estudantes entrevistadas ressaltou que a ocupação, durante os 7 dias de duração, não interrompeu a continuação de projetos sociais para a comunidade que ocorriam normalmente na escola antes de ocupar, como a entrega do leite pelo programa do governo estadual Leite das Crianças e as aulas de futsal.

ocupação, foi ainda o Magno Malta que tava presidindo essa lei, e pra mim acho que é uma das maiores vitórias, a Escola Sem Partido se assemelha muito a Reforma do Ensino Médio, que não pode ter disciplinas como sociologia, filosofia, abordar esses tipos de conteúdo.

Entrevistado D: Mostrou que a gente, essa geração não é alienada, tem voz e a gente faz.

Entrevistado C: Porque falam que um bando de adolescente, eu escutei muito isso, escutei do meu pai até, tanto que depois quando ele veio aqui mudou completamente a ideia dele, mudou tudo, que adolescente vai fazer baderna, vai fazer tudo na maior desorganização e não é. Era tudo organizado, bonitinho...

Entrevistado B: Até minha mãe ela falava assim "você não vem para casa comer, tomar banho?" "mãe, eu to fazendo tudo aqui, eu to vivendo aqui", era nossa casa, vivia todo mundo junto, todo mundo totalmente organizado, então tipo tinha gente que a gente nem conversava dentro da escola, mas a gente ficou próximo, era amigo de infância dentro da escola e foi muito importante, porque assim até hoje a gente se mantém unido, cada um se conhece, se precisa de alguma coisa, foi bem importante para aproximar os alunos também, coisa que a escola não tava fazendo.

4. 4 OCUPAÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Com a mobilização inicial no Colégio Albino Feijó que inspirou estudantes de outros colégios a seguirem o mesmo exemplo, a partir do dia 10 de outubro a onda de ocupações em Londrina foi evoluindo cada vez mais. Com a participação de 4 pessoas na entrevista, sendo 3 delas ainda secundaristas e 1 ex-secundarista (agora universitária) eles relataram que o Colégio Aplicação foi ocupado no mesmo dia 10, junto com o Colégio Estadual Hugo Simas, ambos situado na mesma quadra do centro de Londrina. Eles também estiveram presentes nas diversas manifestações que ocorreram antes e durante o movimento.

Segundo os entrevistados, é incerto se houve planejamento prévio de uma ocupação nesse colégio, mas diante da mobilização que ocorria em várias escolas pela cidade, eles previam que eventualmente o colégio seria ocupado. Os próprios estudantes iniciaram a tática de forma autônoma, já que não havia um grêmio estudantil organizado e nem contato da UPES com a escola antes.

O processo de ocupação começou com uma assembleia convocada de manhã, feita na quadra de esportes do colégio, onde se reuniram mais de 200 secundaristas. Com um microfone, os estudantes foram informados sobre o que estava acontecendo naquele momento e discutiram rapidamente a pretensão de ocupar, que só seria feita se aprovada por uma votação. Resultou em 185 dos presentes favoráveis a ocupação e 30 contra. Assim que a contagem foi feita,

começaram a produzir cartazes declarando a escola ocupada (figura 7), trabalharam para montar comissões, organizar e defender seu território (AMARO, 2016, s. p.).

Figura 8 – Entrada do Colégio de Aplicação no período de ocupação em 2016



Fonte: Jornal da Band (2016)

Se no período da manhã não houve problemas com pessoas contrárias a ocupação durante a assembleia, na tarde e noite daquele dia a preocupação seria diferente. “Esse dia foi uma briga” como disse uma entrevistada. Muitos professores (a maioria, na percepção deles) não concordaram com a ocupação, assim como alguns estudantes do período vespertino e noturno, que foram pegos de surpresa com a escola ocupada quando chegaram no local.

Durante a entrevista, os estudantes mencionaram que as primeiras dificuldades da ocupação se justificam pela tática ainda ser recente. Apesar de manuais como o “Como ocupar seu colégio?” instruírem algumas tarefas necessárias e como fazê-las, ou mesmo copiando modelos de ocupações locais, na prática eles enfrentaram muitos problemas. Nas palavras deles, “a gente não sabia direito o que tava fazendo, tipo o que a gente ia comer ali ou como a gente ia viver porque a gente ia ficar ali no colégio o tempo inteiro”.

Uma delas foi a necessidade de haver uma quantidade considerável de pessoas (leia-se no mínimo 10) que pudessem passar a noite no local, pois apesar de muitos secundaristas apoiarem, nem todos permaneciam continuamente. Eles justificam que a ausência de mais ocupantes foi motivada por pais dos alunos que não concordavam com a ocupação e não permitiam que os filhos alojassem lá. Um pequeno número de estudantes ocupando poderia ser insuficiente para o

desenvolvimento de atividades das comissões, além de ser perigoso à noite para a integridade física deles, visto que era completamente possível que houvesse um ataque de pessoas contrárias a ocupação nesse período.

No início, os estudantes ocupantes tiveram contato com a UPES, que enviavam representantes para inserir na ocupação e participar das assembleias, a fim de contribuir com o movimento e sugerir ideias. Foram também os representantes da UPES que tiveram interesse em abrir o colégio para a mídia, mostrando o funcionamento da ocupação. Ao longo dos dias, os secundaristas que ocupavam o Colégio Aplicação criaram certa desconfiança com esses representantes acerca de seus interesses naquele meio. Em certo momento, a entrada deles foi banida para assegurar a autonomia do movimento, para não demonstrar ligação direta com a UPES.

Mais tarde, não apenas representantes de entidades estudantis que colaboraram com a ocupação quando ainda estava sendo erguida. Depois de alguns dias de sua instauração, estudantes de outras ocupações que já estavam firmados e organizados se dispuseram a prestar ajuda. Esse tipo de interação e colaboração entre secundaristas dos colégios estaduais londrinenses havia sido previamente firmado desde que se conheceram pelas manifestações na rua, mantendo contato pelas redes sociais como nos grupos de Whatsapp e Facebook. Estudantes e professores da UEL foram um dos principais apoiadores daquela ocupação, que disponibilizaram seu tempo para oferecer oficinas e também levaram doações de mantimentos.

A relação dos secundaristas com a direção escolar nesse período foi complexa. Não houve conflitos logo no começo, pelo contrário, eles referem o diretor como muito solícito. As retaliações foram mais sentidas apenas depois do processo de desocupação, principalmente pelos professores, que trataram diferente (leia-se pior) os estudantes que haviam participado. A vizinhança do entorno do colégio, para eles, foi indiferente: não ofereceu apoio, mas também não atrapalhou o funcionamento da ocupação. Houve duas assembleias marcantes que iam decidir se a ocupação permaneceria naquela situação (ocupado) ou se devolveriam a escola. Estudantes que eram contrários a ocupação compareceram em momentos para votar nas assembleias (perderam nos dois casos) e para participar das oficinas, junto com aqueles que ocupavam. A PM também não foi preocupação, já que só apareceram uma vez, para acompanhar o dia da reintegração de posse.

Como a ocupação do Colégio Aplicação foi uma das mais longas a resistir em Londrina (ficaram um mês inteiro), nesse meio tempo alguns colégios da região central foram desocupados por pedidos de reintegração de posse. Os estudantes desses colégios desocupados, buscando fortalecer as ocupações que ainda existiam, começaram a frequentar o “Ocupa Aplicação” com a permissão de seus membros, que viram a oportunidade de receber mais ajuda para manter o espaço. Eles também receberam a visita de dois secundaristas da Escola Estadual Fernão Dias, de São Paulo, que doaram livros e compartilharam a experiência da realidade de lá. A partir da conversa que tiveram, os estudantes puderam comparar e diferenciar acontecimentos e organizações nas escolas ocupadas de São Paulo e do Paraná, (como os conflitos que os secundaristas paulistas tiveram frequentemente com a PM, por exemplo).

Eles se organizaram igualmente por comissões com diferentes tarefas atribuídas a cada uma delas (limpeza, segurança, comida, comunicação), além de uma comissão geral que definia a agenda de oficinas e palestras. Não haviam líderes específicos das comissões e de modo geral, que tomava decisões sozinho e representando figuramente a ocupação. Eles tiveram quase todo o espaço do colégio livre para aproveitarem, exceto as áreas administrativas.

Na parte da manhã, os secundaristas se dedicavam a preparar as refeições (café da manhã e almoço, mais tarde serviam outro café e jantar), limpar partes do colégio (salas de aula, escadas, banheiros). A comissão da limpeza focava em cuidar de uma parte do colégio por dia, para terem tempo de realizar outras atividades no restante do dia e também porque o espaço do colégio era grande demais para ser limpo por um grupo pequeno de estudantes. Quem mais ia aplicar oficinas, debates, aulões, entre outros, eram estudantes da UEL. As atividades e oficinas eram reservadas para o período da tarde, principalmente. Elas foram aprendizados que “o colégio em si nunca deu para gente”, segundo uma entrevistada, que citou que as mais memoráveis para ela foram as oficinas de dança, meditação, *parkour* e skate.

Mudanças na paisagem do colégio foram pouco relevantes e efêmeras: os estudantes espalhavam cartazes e faixas tanto no lado de dentro quanto no lado de fora da ocupação, que simbolizavam a ocupação que havia naquele prédio. De acordo com os entrevistados, eles foram capazes apenas de preservar o espaço como estava, pois eles dependiam de material e mais pessoas para trabalhar, se quisessem alguma alteração no colégio. Ao mesmo tempo, eles temiam que

pudessem sofrer retaliações se fizessem qualquer trabalho desse tipo na estrutura física sem a permissão da direção.

Para os entrevistados, frequentemente o MBL enviava pessoas para confrontar e intimidar os secundaristas que permaneciam na entrada do colégio, com os portões trancados justamente para evitar riscos. Outras pessoas, que talvez não estivessem envolvidas com o MBL, também ocasionalmente passavam na frente dos portões agredindo verbalmente e ameaçando-os.

No dia 24 de outubro, esse grupo preparou um ataque sério contra os secundaristas que estavam na ocupação. Um dos estudantes contou que esse dia “foi amedrontador, um dos dias mais terríveis da minha vida”, deixando evidente que a situação foi realmente assustadora e traumática para os jovens. O incidente ocorreu quando alguns estudantes haviam deixado a ocupação para acompanhar uma audiência pública na Câmara Municipal de Londrina. Uma reportagem do Jornal Tarobá (2016) contou que cerca de 10 pessoas tentaram invadir o colégio se passando por pais de alunos, liderados por um vereador. Por descuido da comissão de segurança que abriu uma brecha, essas pessoas passaram pelo portão, discutiram com quem estava na ocupação, filmou rostos dos jovens e “iam para cima” intimidando, mas não agrediram ninguém fisicamente.

O final da ocupação só ocorreu quando o diretor do colégio foi pressionado a “dar os nomes” para a reitoria da UEL²¹, por mais que tenha apoiado os estudantes no começo. Com o parecer do diretor, o pedido de reintegração de posse foi feito pela administração da UEL, já que os estudantes haviam decidido que iriam continuar resistindo e ocupando. Na tarde do dia 3 de novembro, os estudantes foram retirando seus pertences e devolvendo os itens que foram emprestados por apoiadores. O colégio foi entregue, com toda o espaço zelado e organizado, apesar do diretor ter dispensado a vistoria que seria feita por oficiais da justiça e pelo Conselho Tutelar, pois tinha conhecimento que a ocupação esteve sempre em ordem:

Entrevistado B: Foram os dias mais difíceis eu acho, tinha bem mais pressão porque aí já era o diretor, já eram mais pais, já era a mídia, não tinha mais colégio ocupado então era muito mais pressão.

Entrevistado A: A gente acabou focando tanto na pressão que estava sendo exercida sobre nós que a coisa de política mesmo, de estudar, de fazer, resistir... acabou trocando de lado, a gente acabou meio que só resistindo,

²¹ O Colégio de Aplicação, segundo a informação do website do colégio, “está incorporado como órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina (UEL), vinculado academicamente ao Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA), sofrendo gerência Acadêmica da Secretaria de Estado da Graduação (SEED) e administrativa da Universidade Estadual de Londrina”.

resistindo, resistindo, e nisso a gente brigava internamente, entre nós, porque a pressão tava muito forte sobre a gente, então a gente acabou esquecendo.
 Entrevistado C: *No último dia foi mais resistência do que luta.*
 Entrevistado B: *Mas eu acho que no último dia tava todo mundo mais juntinho, mais de boa, no último dia foi da hora.*

O legado da ocupação foi bem pessoal para os jovens entrevistados, “uma mudança muito mais interna do que externa”, segundo um deles. Eles revelaram que aprenderam muito sobre organização, a conviver com pessoas diferentes, cumplicidade e confiança, só para citar alguns exemplos. A rotina dos estudantes, que permaneceram quase um mês juntos praticando atividades, conversando, refletindo e debatendo com outros colegas (que muitas vezes nem conheciam antes da ocupação) criou laços de confiança e amizade muito fortes:

Entrevistado B: *Imagina, você só conhece a pessoa no colégio, nunca nem saiu com ela, nunca nem trocou ideia às vezes e aí você dorme com ela, come com ela, vai no banheiro e ta escovando o dente junto com ela, então é uma coisa muito diferente, muito nova.*

[...]

Entrevistado C: *A militância, o ato de estar ali fisicamente fazendo coisas, resistir fisicamente mais do que ideologicamente é muito interessante porque vai para outro patamar a luta, ela se torna íntima, a gente defendia a ocupação e os amigos que a gente acabou fazendo depois da ocupação, porque ainda tinha ano letivo né, depois da ocupação a gente teve um mês de aulas mais ou menos, e a gente teve uma ligação muito forte tanto com política quanto com militância e assim, a gente se tornou melhores cidadãos.*

Durante esse tempo ocupando, a escola recebeu um novo olhar por aqueles que zelavam o espaço diariamente:

Entrevistado A: *Sobre o espaço do colégio, o que é o colégio, esse lugar que a gente vem todo dia e a gente não olha direito, a gente não cuida.*

Entrevistado B: *Você aprende a cuidar do colégio de verdade, você dá valor pelo espaço que você tá.*

Eles avaliam que a ocupação foi positiva e necessária naquele momento para somar na luta nacional contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, que estava em seu auge durante o mês de outubro de 2016. Nas palavras deles, a ocupação serviu como “um modo de gritar, de falar, de tentar ser ouvido”. Apesar de terem que enfrentar inúmeros desafios internos (discussões em assembleias, questões organizativas) e externos (conflitos) a ocupação, além de cometerem muitos erros, foi possível superar coletivamente grande parte desses problemas.

Novamente eles apontam como foi difícil lidar com a tática inédita e ousada de ocupar, que apesar de ser muito importante e necessárias, não podiam imaginar quais seriam as decorrências dessa prática e como buscar resolver os problemas. As assembleias horizontais cumpriram muito bem esse papel, tornando

mais fácil a tomada de decisões quando havia a participação de todos os estudantes para opinar e debater abertamente, chegando em acordos e consensos com a maioria dos sujeitos. Após a desocupação, os estudantes acabaram perdendo contato pois o movimento foi exaustivo, muitos deles estavam no terceiro ano (prestes a se formar e preparar para o vestibular) e não houve formação de um grêmio estudantil no colégio que pudessem levar adiante naquele espaço a mobilização que foi formada.

4. 5 TERRITORIALIDADES NAS OCUPAÇÕES

Os cenários das ocupações de Londrina, apresentados anteriormente, revelaram as relações de poder exercidas pelos estudantes nos colégios ocupados. Os secundaristas pretenderam controlar esses espaços através da autogestão, praticando as mais variadas atividades durante o período que ocuparam. A ocupação paralisou o espaço e tempo habitual da escola, ou seja, alterou o modo dos estudantes usufruírem e se organizarem no espaço escolar, assim como a organização do trabalho durante a ocupação. As eventuais mudanças na relação aluno-escola, na paisagem da escola e até mesmo no pensamento dos jovens que participaram desse processo foram oriundas dessa organização específica dos próprios secundaristas.

É importante ressaltar que as ocupações das escolas nunca foram um fim em si, essa prática espacial foi adotada pelos estudantes como uma das ferramentas possíveis na tentativa de serem ouvidos, se expressando contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio. A escola ocupada se tornou um espaço de reivindicação e discussão política e social. Cabe retomar a citação de Sack (1986, p. 6 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 86-87) quando afirma que a territorialidade é um recurso estratégico, podendo ser praticado na tentativa de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e controle de uma área, desta forma, é possível afirmar que os estudantes das escolas ocupadas, foco do presente trabalho, exerceram uma determinada territorialidade ao se organizarem e organizar o espaço escolar impondo normas e funções no seu dia a dia diferenciadas do período anterior à ocupação.

A territorialidade nesse contexto do movimento, conforme Haesbaert (2004, p. 89) aponta, “padroniza” de certa forma os estudantes que participaram do movimento, vistos como iguais no cotidiano da ocupação, conforme orientava a

autogestão praticada naquele espaço. Essa observação fica mais explícita quando os estudantes afirmaram nas entrevistas que o sentimento de união com os outros colegas de ocupação (até antes desconhecidos) foi um dos resultados desse movimento. Ferreira (2014, p. 129) também contribui nesse sentido quando afirma que o território adquire uma identidade na coletividade que nele vive e produz. Além disso, destaca que essa porção do espaço pode demonstrar demarcações, mesmo que estéticas, como pode-se observar nas fachadas dos colégios ocupados, sinalizados por inúmeras faixas e cartazes de protesto. Vale acrescentar o rearranjo espacial promovido pelo movimento ao transformarem salas de aula em dormitórios visando a organização do movimento.

O poder autônomo dos jovens, condição para a caracterização de territorialidades e territórios, se destacou no momento em que ocuparam e substituíram a hierarquia, cuja escola era submetida, pela horizontalidade de encaminhamentos através das assembleias cotidianas. Esse foi um dos motivos que causou os conflitos com as partes da comunidade escolar (estudantes, professores, diretores, pais) e da sociedade, que defenderam o interesse de preservar o andamento da organização tradicional da escola, lembrando que houve registro de ameaças sérias e agressões (físicas ou verbais) contra os secundaristas em ambas as ocupações.

Além do mais, não era qualquer pessoa que simplesmente era capaz de adentrar na ocupação, vale lembrar que nas duas ocupações (assim como em qualquer outra) uma comissão de segurança fiscalizava os sujeitos interessados em entrar na escola ocupada, às vezes pedindo confirmação de identidade e/ou função (se fossem professores, estudantes universitários, jornalistas, etc.). Resgata-se mais uma vez, nessa situação, os conceitos de *insiders* e *outsiders* enunciados por Souza (2007, p. 86), onde a relação de poder complexas dentro de um território (a escola ocupada) define um limite entre membros de um grupo (os secundaristas) e os que são alheios ao grupo (comunidade escolar e principalmente com membros “fora” dessa comunidade).

Os diretores foram um dos poucos membros da comunidade escolar que adentraram nos dois colégios, mesmo assim com a permissão dos estudantes, para averiguar a situação da ocupação. Essa exceção foi aberta para provar à direção que não houve nenhum tipo de prejuízo causado na escola sob o controle dos secundaristas, pelo contrário, demonstraram um cuidado e organização excelente do

espaço. Se houvesse certo entendimento por parte dos jovens com os diretores, possivelmente as chances de tensionar essa relação diminuiriam e não seria necessário o uso do poder da direção para atacar o movimento como chegou a ocorrer em uma das escolas.

No caso da ocupação do Colégio Estadual Albino Feijó, a direção foi contra o movimento, porém não fez tentativas de desfazer a ocupação pressionando, ameaçando ou retaliando os estudantes. Por outro lado, criou um empecilho quando decidiu deixar trancado grande parte das áreas escola, negando o acesso a essas. Dessa forma, os estudantes tiveram que improvisar a ocupação aproveitando apenas dos espaços que tinha disponíveis sem as chaves: pátio, algumas poucas salas de aula, ginásio, banheiros. Pela limitação do espaço que tiveram acesso e o curto período em que resistiram ocupados (uma semana), as territorialidades manifestadas nessa ação foram ainda mais encolhidas (especialmente) e temporárias, mas não desvalida que houve certa territorialidade, visto que Raffestin (1993, p. 161-162) assegura que a territorialidade é manifestada nas mais diversas escalas temporais e espaciais.

Enquanto na ocupação do Colégio de Aplicação, a direção também não confrontou diretamente o poder dos estudantes até certo momento. No início do movimento quando foi decidido ocupar, pouco ou quase nada se fez para impedir ou dificultar que os estudantes se estabelecessem ali, deixando que o poder autônomo deles pudesse utilizar grande parte do espaço da escola, porém esse interesse se inverteu algumas semanas depois, quando houve pressão pela desocupação por parte da reitoria da UEL, pois o diretor teve que responder à administração da universidade como autoridade superior a ele. Os estudantes disseram na entrevista que se sentiram traídos quando receberam essa ofensiva.

Ambas ocupações foram vulneráveis aos poderes da Justiça com os pedidos de reintegração de posse, que levaram às inevitáveis desocupações. Enquanto um juiz que determinou o pedido no primeiro colégio, Albino Feijó, logo na primeira semana do movimento, embora não signifique que a direção não tenha envolvimento nessa ação, mas isso é uma incerteza. No segundo colégio, o Aplicação, foram o diretor e a reitoria da UEL que abriram o processo bem mais tarde, foram 25 dias de ocupação. Quando chegaram os dias de desocupar, não houve resistência por parte dos secundaristas, pois caso contrário, a PM seria acionada para retirá-los

da escola com o uso da força, então essa escolha foi descartada logo de início para evitar violência desnecessária.

O que se destaca no ato de ocupar é, além de tática em uma estratégia maior, também se configura como uma prática espacial (SOUZA, 2014, s. p.), ou seja, prática social cuja dimensão espacial é evidente, como buscou ser bem evidenciada nesse trabalho. Reunindo os elementos que pressupõem constituir territorialidades durante a conjuntura das ocupações, pode-se dizer que por apresentarem curta duração e escalas espaciais pequenas, as escolas ocupadas adequam-se ao conceito mencionado por Souza (2013, p. 103) de territórios dissidentes. É claro que o movimento estudantil nunca pretendeu permanecer a médio ou longo prazo nas escolas, visto que o intuito foi sempre pressionar e chamar atenção do governo para a pauta primordial das reformas que motivou o surgimento da onda de ocupações pelo país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho que se finaliza propiciou fazer em algumas reflexões acerca da dinâmica das ocupações escolares orquestradas pelos movimentos estudantis a partir do intercruzamento das entrevistas realizadas e as informações ainda dispersas e não organizadas divulgadas na internet (blogs, redes sociais, revistas eletrônicas, portais de trabalhos acadêmicos), jornais, revistas e outros meios. Em razão do fenômeno ser relativamente recente, as reflexões apontadas em outros trabalhos acadêmicos sobre as ocupações escolares têm sido desenvolvidas há pouco mais de um ano, geralmente analisadas pelas áreas da sociologia, filosofia, comunicação e educação, demonstrando a relevância desse movimento para a comunidade acadêmica. Dessa forma, este trabalho buscou contribuir com essas reflexões do tema através da perspectiva geográfica, até então pouco discutida por esse viés.

Como foi visto, o movimento nacional das ocupações buscou contestar as medidas governamentais PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, que atingiriam direta e indiretamente seus interesses, demonstrando conhecimento e crítica sobre as questões políticas que os envolveu naquele momento, no ano de 2016. Pode-se incluir que críticas também foram feitas ao modelo de educação vigente. A dinâmica das ocupações gerou novas formas de ação política não institucionalizadas, levantou a urgência de transformar a escola em um espaço mais amplo para diálogo e discussões políticas e sociais, que normalmente são raras, assim como formou ou fez eclodir nesse período uma juventude crítica e ativista, que demonstrou grandes potenciais e capacidades de argumentação, organização e ação.

Para os secundaristas que tiveram participação no processo de ocupações de suas escolas, houve ressignificação de valores pessoais, políticos e sociais, fortaleceu relações com a comunidade escolar e com o espaço escolar em si. Demonstraram que o exercício da autonomia pela participação coletiva e igualitária foi uma das chaves para avançar o movimento com princípios firmes, contrapondo o interesse de movimentos que visavam representar ou conduzir o rumo das ocupações, além de criticar as medidas em xeque que estavam sendo percorridas, sem a consulta e participação dos estudantes no diálogo.

As práticas espaciais das ocupações configuraram novas territorialidades e colocaram as escolas como territórios, mesmo que temporários,

cíclicos e dissidentes, de escala espacial pequena e curta duração, entre uma semana a quase um mês. Apesar dos estudantes terem ocupado as escolas, tomando controle quase que total sobre esse espaço, ainda foram suscetíveis, em determinados momentos, ao poder da direção que foi capaz de limitar, em certa medida, o poder autônomo deles. Se destacaram as relações de poder manifestadas pelos estudantes e processos de socialização forjados nesse espaço a partir da organização interna marcada pela autogestão e da forma como essa organização se confrontou com as relações de poder exteriores a ocupação, gerando conflitos e disputas de interesses entre os atores envolvidos da comunidade escolar e sociedade em geral.

A ocupação também gerou um processo de refuncionalização, reutilizando o espaço escolar de uma outra maneira e elaborando atividades definidas de acordo com as decisões internas das assembleias de cada ocupação. Assim como houve ressignificação do espaço escolar pelo lado simbólico-cultural, pois os estudantes puderem repensar a relação de pertencimento e como é a escola que os estudantes almejam.

Foram inúmeras dificuldades que os estudantes tiveram que enfrentar nesse tempo que ocuparam, sofrendo pressão pela comunidade escolar, mídia, políticos, grupos conservadores e o poder judiciário. As desocupações tanto no Paraná quanto em Londrina só foram acontecendo com o aumento de pedidos de reintegração de posse, motivadas principalmente pelo caso do estudante que morreu dentro de uma ocupação em Curitiba, após uma briga fatal com um colega.

O teor insurgente do movimento exibiu um hiato a partir do final das ocupações. Não foi possível barrar as medidas contestadas, que acabaram sendo aprovadas mais tarde e ainda não há indícios atualmente que o movimento secundarista londrinense busque continuidades de organização conjunta com as escolas ocupadas, aproveitando que a mobilização recente proporcionou uma união entre escolas, mas é possível que isso aconteça direcionando para outras pautas e estratégias. A formação de novos grêmios estudantis também é um caminho a percorrer pelos secundaristas, a fim de construir espaços de discussão política dentro das escolas com o protagonismo juvenil. É importante trazer de novo a ideia de Aroni (2017, s. p.), já citado no primeiro capítulo deste trabalho, na qual considera o movimento das ocupações como uma mobilização temporária e que não se configura como um movimento social, justamente pela dificuldade em se identificar uma estrutura organizativa permanente.

Uma avaliação mais completa da realidade do movimento aqui tratado e de seus efeitos carece de outras investigações e abordagens. A importância efetiva só poderá ser considerada com o decorrer do tempo, pois a mobilização das ocupações ainda é recente. Neste caso, o trabalho que aqui se encerra pode colaborar com futuras investigações sobre o processo de ocupações escolares que envolvam a possibilidade de constituição de novas territorialidades e territórios no âmbito da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ADOUE, Sílvia Beatriz. **Ocupações de escolas (II): da autocracia para a autogestão**. 2016. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/01/107343>>. Acesso em 24 de dezembro de 2017.

ALESSI, Gil. **Secundaristas no Paraná ocupam 300 escolas e põem governador sob pressão**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/politica/1476391382_358234.html>. Acesso em 6 de outubro de 2017.

ALVES, Fernando Roberto Jayme. A dimensão espacial do poder: diálogos entre Foucault e a Geografia. **Geografia em questão**. Marechal Cândido Rondon, v. 6, n. 1, 2013, p. 231-245. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6725>>.

AMARO, Beatriz. **Ocupa Aplicação: um olho no governo, outro na organização**. 2016. Disponível em: <<http://baixoclero.com/2016/10/19/ocupa-aplicacao-um-olho-no-governo-outro-na-organizacao/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. 1970. Tradução de: On violence. Disponível em: <<http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ARONI, Rafael. As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, n. 18, 2017, Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1126-2.pdf>>.

ASSAD, Germano. **PM reprime protesto de professores em Curitiba e mais de 200 se ferem**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html>. Acesso em 6 de outubro de 2017.

BARROSO, Jean. RJ: **Governo mandou o Choque desocupar o SEEDUC**. 2016a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/RJ-Governo-mandou-o-Choque-desocupara-a-SEEDUC>>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

_____. **Seeduc ocupada e governo não atende os estudantes**. 2016b. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Seeduc-ocupada-e-governo-nao-atende-os-estudantes>>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

BEDINELLI, Talita. **Alckmin adia plano de fechar escolas, mas estudantes mantêm ocupações**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449243851_626032.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. Multimídia. Sessões gravadas (21 out. 2016). **Reunião do Movimento OCUPA Londrina**. 2016. Disponível em:

<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/anteriores_2016b.xhtml>. Acesso em 9 de janeiro de 2018.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: _____. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87349469016>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CHICARELLI, Lucas de Godoy. **Quando as comunidades fazem história**: a forma popular de se narrar o vivido. 2016. 155pg. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) – Departamento de Comunicação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

CIRCHIA, Fernanda. **Justiça concede reintegração de posse do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches**. Disponível em:

<<http://www.bonde.com.br/educacao/ensino/justica-concede-reintegracao-de-posse-do-colegio-estadual-albino-feijo-sanches-425566.html>>. Acesso em 7 de janeiro de 2018.

CORTEZ, Ana Carolina. **No Rio Grande do Sul, mobilização estudantil contra “Escola sem Partido”**. 2016. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466708749_682715.html>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

DIAS, Emerson. **Direção da Câmara diz que estudantes ficam até segunda-feira**. 2016a. Disponível em: <<http://baixoclero.com/2016/11/04/direcao-da-camara-diz-que-estudantes-ficam-ate-segunda-feira/>>. Acesso em 7 de janeiro de 2018.

_____. **Justiça concede liminar obrigando secundaristas a desocupar a Câmara**. 2016b. Disponível em: <<http://baixoclero.com/2016/11/07/justica-concede-liminar-obrigando-secundaristas-a-desocupar-a-camara/>>. Acesso em 7 de janeiro de 2018.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERNANDES, Sarah. **Suspensão da privatização de escolas de Goiás é vitória dos estudantes**. 2017. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/01/suspensao-judicial-da-contratacao-de-oss-em-escolas-em-goias-e-vitoria-dos-estudantes-222.html>>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

FERREIRA, Denilson da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.

9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

FERREIRA, Carolina Arruda. A formação a contrapelo: as ocupações estudantis e o exercício da autonomia. In: Reunião Nacional da ANPEd, n. 38, 2017, São Luís.

Anais... Disponível em:

<http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT14_1117.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2017.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjuntura sobre as ocupações de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci.

ETD – Educação Temática Digital. Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOBBIO, Norberto; et al. (orgs.). **Dicionário de política**. 5ª ed., vol. 1. Brasília: UNB, 2000. p. 74-81.

GERALDINI, Thamiris. **Juiz nega reintegração de posse do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches**. Disponível em:

<<http://www.bonde.com.br/educacao/ensino/juiz-nega-reintegracao-de-posse-do-colegio-estadual-albino-feijo-sanches-425274.html>>. Acesso em 7 de janeiro de 2018.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-44, mar. 2007. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33633119/Multiterritorialidade_GEOgraphia_PDF.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1515607514&Signature=NwvYN61jpnQ0uqBhga8B%2BAxhvkc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DTERRIT_RIO_E._.MULTITERRITORIALIDADE_UM.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; et al. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 19-36.

JADE, Líria. **Confira 10 pautas que devem movimentar o Congresso Nacional em 2017**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-02/confira-10-temas-que-devem-movimentar-o-congresso-nacional-em-2017>>.

Acesso em 29 de junho de 2017.

JANUÁRIO, Adriano; et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social.

Revista Fevereiro, n. 9, abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

JORNALISMO PERIFÉRICO. **Estudantes ocupam o Colégio Albino Feijó em Londrina**. Youtube. 8 out. 2016. 4min53s. Disponível em: <<https://youtu.be/V1Q86P9vyHs>>. Acesso em 17 de janeiro de 2018.

JORNAL TAROBÁ. **Grupo contrário a ocupação esteve no Colégio Aplicação tentando desarticular o movimento**. Youtube. 24 out. 2016. 4min43s. Disponível em: <<https://youtu.be/vQzc8mYvgFc>>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

JUNGES, Clarice; PAGANI, Eliane Barbosa Santos. Juventude e reestruturação conservadora da educação brasileira: a “primavera secundarista” em Londrina/PR. In: Seminário Integrado de Pesquisa, V, 2016, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2016. p. 582-598. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/ppgsoc/pages/arquivos/ANAIS%20V%20SIPECS_2016%20copy.pdf>.

LARANJEIRA, Denise Helena Pereira; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; RODRIGUES, Milena Santos. Problematizando as Transições Juvenis na Saída do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/56124/36233>>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 7-23.

MARTÍN, María. **Inspirados em SP, colégios estaduais do Rio vivem onda de ocupações**. 2016a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788_119886.html>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

_____. **Escolas ocupadas já são 65 no Rio e Estado enfrenta impasse na negociação**. 2016b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/29/politica/1461955632_442061.html>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

MARTINS, Paula. **De novo, o diálogo com as ruas vem na forma repressão**. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/06/opinion/1449409224_738934.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício Circular nº 569/2016 – Ocupação das escolas por alunos e adolescentes**. 2016. Disponível em: <<http://www.comunicacao.mppr.mp.br/2016/10/17300/Oficio-Circular-no-569-2016-Ocupacao-das-escolas-por-alunos-adolescentes.html>>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Foucault e a Geografia. In: TRONCA, Ítalo A. (org.). **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987. p. 127-136.

NASCIMENTO, Sthefani Amâncio do; KOWATA, Elisabete Tomomi. Relato das ocupações das escolas estaduais de Goiânia – numa perspectiva acadêmica. In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – SEPE, v. 2, 2016. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/sepe/article/view/7585>>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA, Cida de. **Paraná tem primeira escola estadual ocupada por qualidade do ensino e da merenda.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/05/parana-tem-primeira-escola-estadual-ocupada-por-estudantes-em-defesa-de-escola-publica-de-qualidade-9093.html>>. Acesso em 4 de janeiro de 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REDAÇÃO BONDE. **Ocupação chega em 31 colégios de Londrina, afirma estudantes.** 2016. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/educacao/ensino/ocupacao-chega-a-31-colegios-de-londrina-afirmam-estudantes-425747.html>>. Acesso em 17 de junho de 2017.

RESENDE, Narley. **Greve tem adesão de metade dos professores do Paraná, diz sindicato.** 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/greve-tem-adesao-de-metade-dos-professores-do-parana-diz-sindicato>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

RESISTE LONDRINA. **Atenção: reforcem a segurança nas portarias.** 2016. Mensagem postada pela página na rede social Facebook em 21 de outubro de 2016; 18:04. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ResistimosSempre/posts/1106715706093955>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

ROSSI, Marina. **Alunos já ocupam 74 escolas em SP mas Governo não recua da reforma.** 2015a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/20/politica/1447977702_989572.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

_____. **Justiça nega reintegração de posse das escolas ocupadas em São Paulo.** 2015b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/23/politica/1448299485_133769.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

_____. **Decisão da Justiça garante suspensão da reorganização escolar de Alckmin.** 2015c. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/17/politica/1450385205_019544.html>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

_____. **O levante das ocupações das escolas deixa São Paulo rumo a Goiás.** 2015d. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/18/politica/1450457576_034545.html>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

_____. **Goiás pressiona escolas ocupadas com a suspensão do início das aulas.** 2016a. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453306541_810398.html>.
Acesso em 25 de setembro de 2017.

_____. **MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná.** 2016b. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html>.
Acesso em 26 de dezembro de 2017.

_____. **Justiça aperta o cerco e ocupações diminuem nas escolas do Paraná.** 2016c. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/01/politica/1478024628_328298.html>.
Acesso em 27 de dezembro de 2017.

_____. **Após morte em escola ocupada de Curitiba, governador pressiona pelo fim do protesto.** 2016d. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477412784_340839.html>.
Acesso em 23 de outubro de 2017.

_____. **Secundaristas são pressionados, mas ocupações resistem nas escolas do Paraná.** 2016e. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477751113_934694.html>.
Acesso em 27 de dezembro de 2017.

_____. **Ocupações diminuem no Paraná, mas aumentam em escolas de outros Estados.** 2016f. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/02/politica/1478102466_461878.html>.
Acesso em 22 de junho de 2017.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALVADORI, Fausto. **Educadores se unem a policiais para espionar estudantes em Goiás.** 2016. Disponível em: <<https://ponte.org/grande-irmao-goias/>>. Acesso em 24 de dezembro de 2017.

SANTOS, Ana Paula dos; MIRANDA, Cynthia Mara. Lute como uma menina: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 6, p. 417-444, out./dez. 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 15, p. 71-85, jun. 2006. Disponível em:
<<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/189>>. Acesso em 2 de novembro de 2017.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016).

Revista Teias, v. 18, n. 50, jul./set. 2017. p. 228-244. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/27072>>. Acesso em 28 de dezembro de 2017.

SILVEIRA, Renata Ferreira. **Autogestão e Geografia**: os territórios no viés das resistências. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17082012-092905/en.php>>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-117.

_____. **Do “direito à cidade” ao direito ao planeta**: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (2ª parte). 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/07/98046>>. Acesso em 29 de junho de 2017.

_____. Território e (des)territorialização. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.

VALERY, Gabriel. **Estudantes do Paraná definem reivindicações para encerrar ocupações**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/assembleia-de-ocupacoes-parana-e-marcada-homenagem-estudante-morto-1650.html>>. Acesso em 27 de dezembro de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A**Roteiro de perguntas para os secundaristas****Roteiro de perguntas – entrevista coletiva com secundaristas (anônima)**

Data e horário da entrevista:

Número de entrevistados:

Nas respostas sempre indique por entrevistado 1,2,3... ou a,b,c...

1 Ano passado, em qual ano vocês estavam matriculados na escola? Ou quantos anos de idade tinham?

2 De onde/quem surgiu a ideia de ocupar a escola?

3 Em quais dias a escola foi ocupada e desocupada? (início e fim)

4 Por que acharam que ocupar a escola surtiria resultados para o M.E.? (retomar depois)

5 Antes de ocupar, vocês fizeram outro tipo de protesto? Se sim, qual?

6 Como vocês planejaram para ocupar a escola? Quais foram as primeiras ações?

7 Quais foram as primeiras dificuldades para manter a ocupação? E depois?

8 A ocupação teve relações com a UPES? Se sim, como era? Existia relação com outras escolas ocupadas? Como era?

9 A organização do espaço da escola foi feita como?

10 Quais atividades ou oficinas foram feitas durante ocupação?

11 Houve mudança no espaço físico da escola durante a ocupação? Se sim, qual?

12 Vocês receberam apoio da vizinhança ou de outras pessoas? Se sim, de que tipo?

13 Houve algum conflito com a polícia ou pessoas contrárias a ocupação? Se sim, quem foram elas?

14 Ocupar a escola mudou a visão de escola, educação e política para vocês? Em qual sentido?

15 Vocês acham que ter ocupado o colégio, no final de tudo, deu resultados positivos ou negativos para o M.E.? Por quê?

16 Depois de mais de um ano das ocupações, como vocês avaliam o movimento? Qual é a perspectiva de vocês daqui pra frente, diante desse resultado avaliado?

ANEXOS

ANEXO A

Manual “Como ocupar um colégio”?

COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a “Revolta dos Pinguins”, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizessemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “Como ocupar um colégio?”, escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

 **MAL-EDUCADO**
<http://gremiolivre.wordpress.com>

2. ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

Com esse texto não queremos nada mais que tentar deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando suas lutas agora. Textos como esse são os que nos fizeram falta durante os momentos de luta para evitar que conflitos dentro dos grêmios nos distraíssem dos problemas que são realmente importantes em um período de ocupação.

Não existe fórmula secreta nem perfeita para ocupar um colégio. Simplesmente é necessário seguir alguns princípios básicos, ter clareza sobre como se organizar e ajustar o que foi planejado à conjuntura geral, à correlação de forças, etc.

Uma vez decidida e votada a ocupação do colégio pela totalidade dos estudantes, é primordial e “obrigatório” que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta.

Para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas, é preciso dividi-las de alguma maneira. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema específico, que fiquem responsáveis de supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas.

As seguintes comissões são básicas e não devem faltar em nenhum processo de ocupação:

COMIDA - É a comissão encarregada de garantir comida para quem dormirá no colégio. Ou seja, ela deve se assegurar para que haja pelo menos jantar e café da manhã. Pode cuidar do almoço, mas como esse é um horário em que há mais pessoas entrando e saindo do colégio, é mais fácil conseguir alimentos do que nos horários em que o colégio fica fechado.

SEGURANÇA - É uma das comissões mais importantes. É a encarregada de cuidar do patrimônio da escola e dos ocupantes. Também é a encarregada de evitar qualquer tipo de briga ou descontrole entre os estudantes. Ela deve fazer as seguintes tarefas:

- Fechar os principais acessos à escola e garantir que sempre tenha alguém os vigiando;

- Impedir que qualquer pessoa não autorizada pela assembleia entre na ocupação (depende do que for decidido coletivamente: professores, autoridades, jornalistas, pais, alunos de outras escolas, alunos que possam representar uma ameaça, etc.) exceto durante a realização de atividades abertas. Durante todo o dia deve haver um grupo considerável de companheiros na entrada principal – no mínimo três – que anotem em uma lista quem entrou e saiu e o horário em que essas pessoas entraram e saíram. Com isso, há um controle que garante um número constante de pessoas na ocupação. Ao encerrar a ocupação, essa lista deve ser destruída, para que não caia em mãos de autoridades que possam chegar a utilizá-la contra os estudantes, fazendo “listas negras”, punindo, expulsando, etc;

1. PLANO DE AÇÃO

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos estudantes secundaristas da cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro desta estratégia. Para ganhar, todos devem saber porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também não dispersarmos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos.

Começaremos com ocupações rápidas, que nos permitam usar nossas forças da forma mais efetiva possível. Não devemos nos desgastar no início da luta, além disso devemos deixar claro que não ocupamos as escolas porque queremos. Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado. Não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportando as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar. É por isso que ocupações devem ser relativamente curtas (por volta de uma semana), para abrir um canal de diálogo, e ver se o governo está disposto a atender nossas demandas.

Se depois das primeiras ocupações e das tentativas de negociação o governo insistir em suas políticas contra a educação pública, teremos que medir nossas forças novamente. Se sentirmos que somos mais fortes, que conseguimos convencer mais estudantes de que eles devem estar dispostos a ocupar seus colégios, então estará dada a possibilidade para um novo levante dos estudantes com dezenas de ocupações em toda a cidade. No entanto, se vemos que não temos forças suficientes para ocupar as escolas, seria um erro ir para o tudo ou nada. A ocupação não é um fim em si mesma, é só uma ferramenta a mais dentro de um plano de luta maior. O nosso objetivo final é frear o avanço governamental sobre a nossa educação, não ocupar por ocupar. Por isso, se não temos condições para ocupar, temos que encontrar outras maneiras para defender nossa educação, com travamentos de ruas, marchas, jornadas culturais, debates abertos com nossos pais, etc.



- Geralmente as autoridades são avisadas da possível ocupação da escola e podem chegar a “entrincheirar-se” (ficar esperando os alunos lá) na diretoria, secretaria, etc. Isso deve ser evitado a todo custo, tendo em conta que nesses espaços é que estão os documentos dos estudantes nos quais as autoridades podem efetuar as sanções/advertências/suspensões/expulsões e fazê-las constar em ata;

- Evitar o uso de álcool, drogas, armas ou qualquer outro elemento proibido pela assembleia. Isso pode ser garantido evitando a entrada desses materiais, proibindo seu uso dentro da ocupação ou até descartando esses materiais;

Essa comissão não tem outra tarefa além de cumprir o que foi deliberado pela assembleia em relação ao tema da segurança. Em relação a casos de violência (tanto internos quanto externos) não se deve tomar uma posição de entrar na briga. Ao contrário, utilizando métodos fraternais, deve-se tentar acalmar os ânimos o máximo possível.

IMPRENSA - É encarregada de divulgar a ocupação para os meios de comunicação, outras escolas/universidades e para quem se considerar necessário. No caso dos meios de comunicação, deve-se chamar os meios selecionados, informando-os da ocupação e pedindo um número de celular para mandar uma nota (por mais bobo que isso pareça, ajuda bastante na difusão das razões da ocupação e da luta em si).

Assim que for feita a ocupação, essa comissão deve também redigir um comunicado no qual se explique suas razões e os motivos que os levaram a este ponto. O comunicado deve ser difundido por todos os meios possíveis (email, Facebook, meios de comunicação, etc). É primordial ressaltar que o comunicado deve ser ater ao que foi decidido na assembleia, sem a interferência de interesses pessoais ou partidários.

Outra ferramenta de divulgação da ocupação são os cartazes, para colar na fachada da escola com as reivindicações da luta que está sendo feita ali.

INFORMAÇÃO - É a encarregada de difundir a informação dentro da ocupação. Ou seja, deve divulgar as resoluções tomadas pela assembleia para todos os estudantes, assim como informes dos meios de comunicação sobre o processo de ocupação. Dessa forma todos tem acesso à informação, igualando o nível de discussão de todos os companheiros e possibilitando um processo realmente democrático e igualitário. Deve também informar os horários e salas das atividades caso essas sejam atividades que todos possam participar.

LIMPEZA - É a encarregada de limpar o estabelecimento (varrer, lavar, etc.). Deve utilizar os utensílios que os funcionários emprestem ou, caso não possam emprestá-los, devem consegui-los em suas casas ou onde for possível. É importante não só limpar, mas também evitar que os companheiros sujem o espaço, para reduzir o esforço coletivo de limpar grandes estabelecimentos, além de que um espaço muito sujo prejudica a imagem do movimento. Como é uma tarefa que a maioria não quer fazer, o melhor é incentivar a rotatividade de integrantes nessa comissão.

RELAÇÕES EXTERNAS - É um tema importante, sobretudo para evitar que organizações, grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes. É necessário proibir práticas que só tenham como objetivo "ganhar ibope" à custa do movimento ou o movimento pode perder sua legitimidade e se esvaziar ao tentar impor uma bandeira externa.

Para falar com os meios de comunicação, a assembleia deve eleger um ou dois delegados revogáveis (de preferência com mais de 18 anos, para evitar inconvenientes com a lei) que possam comunicar apenas o decidido pela assembleia, sem emitir opiniões pessoais ou de seus grupos.

Para falar com as autoridades (da escola ou externas, como a polícia) devem ser eleitos também um ou dois delegados revogáveis. Esses, depois da discussão, devem transmitir tudo o que foi discutido para a assembleia. Se não o fizerem devem ser trocados. Todas as propostas que surgirem por parte das autoridades devem ser discutidas em assembleia antes de tomar qualquer decisão.

É desejável gravar as reuniões com as autoridades para evitar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Devem ser escolhidos também um ou dois delegados para ir às assembleias das escolas vizinhas para dar informações sobre a ocupação, trazendo depois informes das outras escolas para a ocupação.



ASSEMBLEIAS - A assembleia é o órgão mais importante durante uma ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e ser discutidas nela. É importante que se incentive a participação de todos os estudantes e não só dos mais experientes. Isso pode ser alcançado decidindo com antecedência um conjunto de temas para serem discutidos, para que dessa forma os companheiros com menos experiência tenham mais tempo para elaborar suas posições.



Se esse conjunto de assuntos é extenso e os debates são chatos e longos, o melhor é colocar um limite de tempo (3 a 5 minutos) para cada intervenção/fala. Devem ter dois moderadores: um que controle o tempo da intervenção/fala e avise quando o tempo terminou ou se a discussão está fugindo do tema e um outro que faça uma lista de quem deseja falar e anote as decisões tiradas na assembleia. Outra pessoa deve fazer a ata, um registro detalhado da assembleia. Como é algo que pode ser chato e entediante, esse posto pode ser rotativo.

Na primeira assembleia (quando se decide a ocupação) é conveniente que seja votada uma série de reivindicações e demandas. Com isso, se evitam confusões e se tornam claros os objetivos da ocupação.

ATIVIDADES - É recomendável que durante o dia sejam realizadas atividades na ocupação com a participação de alunos, professores, pais e todos os que apoiem a ocupação. Essas atividades podem ser decididas tanto por companheiros com experiência quanto por professores ou por pessoas que não sejam da escola (familiares, conhecidos, etc). Algo a ser levado em conta é que tendo mais gente na ocupação durante o dia se reduz muito a possibilidade de algum tipo de agressão à ocupação por parte das autoridades.

Essas atividades podem tanto ser recreativas quanto de formação: podem ser conversas sobre algum tema de interesse ou também pintar cartazes, murais, paredes, grafittis, oficinas de desenhos, o que se desejar. Finalmente, mas não menos importante, é durante esse período de atividades que os companheiros mais atarefados e presentes na ocupação possam relaxar e descansar, diminuindo o esgotamento e cansaço deles.

”

(Documento publicado pela Frente de Estudantes Libertários - Argentina em 2012. Traduzido e adaptado pelo coletivo O Mal Educado.)

E NO BRASIL?

estudantes ocupam escola no Mato Grosso do Sul e impedem seu fechamento

Pode parecer distante, mas não é só em outros países que os estudantes tomam as escolas para fazer suas lutas. Aqui no Brasil isso já aconteceu algumas vezes, como no Mato Grosso do Sul em 2012.



Para impedir que o Governo do Estado entregasse a escola ao município, os estudantes da E.E. Prof. Luiz Carlos Sampaio se uniram e decidiram ocupar o colégio como forma de protesto. Entraram no prédio, montaram acampamento, e ali ficaram por dias, até que o governador recuasse. A ocupação logo chamou atenção da mídia, pôs medo no Estado e conquistou o apoio dos demais trabalhadores da cidade, que passaram a se solidarizar com os estudantes. A pressão deu certo: no final, a escola se manteve.

exemplo para nossa luta de São Paulo



A vitória desse colégio no Mato Grosso do Sul é um exemplo para todos os estudantes que estão hoje lutando em São Paulo. Porque prova que com organização coletiva e ousadia é possível impedir o fechamento de escolas, e barrar a "reorganização" que o Governo Alckmin quer impor. **Se eles fizeram lá, podemos fazer também aqui.**

contra a "reorganização" da rede estadual!



SE FECHAR, VAMOS OCUPAR!

ANEXO B

Panfletos feitos pelos secundaristas de Londrina

Seguindo o exemplo dos estudantes que ocuparam as mais de 200 escolas em São Paulo ano passado, e necessário a unificação das escolas ocupadas em Londrina. **Organizar reuniões com as escolas ocupadas afim de articular a luta e pensar numa resposta coletiva** e mais forte contra os ataques em cima da educação. Com essa articulação das escolas é possível fazermos ações unificadas como atos, trancamentos de avenidas e pensar os próximos passos da luta na cidade para chamar a atenção da população.



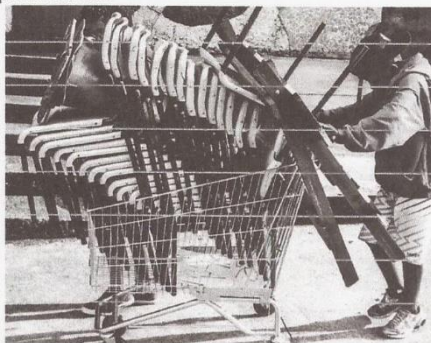
As escolas precisam conversar entre si e juntas, mais fortes, dar a resposta e a resistência que o Governo merece! **Sem deixar que entidades nos organize de acordo com seus interesses** e tomem a frente da luta. Vamos à luta, fechar vias, conversar com a população, mostrar que com as escolas ocupadas quem dará as aulas serão os alunos na rua! Sabemos a força da nossa luta contra os de cima, seguiremos firmes até pressionar Governo e Patrões a recuar!!!

Não à Reforma e que os ricos paguem pela crise!

É PRECISO ARTICULAR A LUTA!

Se organizar nas regiões, buscar unidade e o diálogo entre as ocupações!

Já passamos o número de 850 Escolas Ocupadas no Paraná, 30 delas somente em Londrina. Os ventos do sul se espalharam pelo país e já são quase 1000 ocupações no Brasil todo. A luta cresce cada vez mais e agora o momento é de **se organizar de escola em escola, conversar com estudantes, professores, trabalhadores e pensar juntos a estratégia para os próximos passos da luta**



O MEC tem pronunciado ameaças quanto a realização do ENEM, alegando que seria adiado ou suspenso, culpando e criminalizando as ocupações como responsáveis, **mas sabemos que quem quer destruir a escola não é a luta dos estudantes, e sim, a PEC 241 e MP 746/2016!** O MBL, que joga do lado dos patões ameaça confrontar os estudantes e acham que vão nos intimidar, mas não vamos temer, vamos lutar e resistir, porque juntos somos fortes. **Para resistir, avançar e barrar as Reformas do Governo precisamos juntar as escolas ocupadas!**